

UNIVERSIDADE FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

ANDERSON VEIGA FULGINITI

CASA DE PASSAGEM SÃO FRANCISCO DE PAULA

Novo Hamburgo

2017

ANDERSON VEIGA FULGINITI

CASA DE PASSAGEM SÃO FRANCISCO DE PAULA

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores: Carlos Goldman e Alexandra Staudt Follmann Baldauf

Orientador: Graziela Rossatto Rubin

Novo Hamburgo

2017

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus. O ser responsável pela criação dos céus e da terra e de tudo que neles existem, agradecer por ter me proporcionado uma vida, e a possibilidade de vivê-la de modo tão abençoado.

Queria agradecer à minha mãe Isaura, que sempre se mostrou presente em minha educação, me ensinando valores essenciais para a minha formação, e sempre tendo paciência comigo ao longo desse processo.

Ao meu pai Airton, cujo esforço e dedicação me permitiu chegar até aqui, não medindo esforços para me ver sorrir e alcançar meus sonhos.

À minha namorada Joice pelo apoio e compreensão em todas aquelas horas no decorrer do curso que não pude dar atenção merecida a ela.

À Assistente Social Marcia, pelas informações passadas que foram de grande relevância para elaboração deste trabalho.

À minha orientadora Graziela, e todos os meus professores pelos conhecimentos e conselhos transmitidos.

Por fim, a todas as crianças que têm como único lar os inúmeros abrigos espalhados pelo Brasil.

“A criança desprotegida que encontramos na rua não é motivo
para revolta
ou exasperação, e sim um apelo para que trabalhemos com
mais amor pela
edificação de um mundo melhor”.
(Chico Xavier)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TEMA	8
2.1 CASA DE PASSAGEM	8
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	8
2.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	9
2.4 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO	11
2.4.1 Modalidades de acolhimento institucional	12
2.4.2 Características e funcionamento	13
2.4.3 Estrutura física	14
2.4.4 Recursos humanos	15
2.5 ASPECTOS TÉCNICOS DO ACOLHIMENTO	16
2.5.1 Horário e atendimento	16
2.6 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM SÃO FRANCISCO DE PAULA	18
2.7 JUSTIFICATIVA DO TEMA	19
2.8 OBJETIVOS DA PROPOSTA	24
3 MÉTODO DE PESQUISA	25
3.1 ESTUDO DE CASO - ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICIENTE ROSA DE SARON, CASA LAR	25
3.1.1 Organização dos espaços	27
3.2 ESTUDO DE CASO - ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA DA FLORESTA IMPERIAL, LAR PADILHA	31
3.2.1 Organização dos espaços	33
4 LOTE	37
4.1 A CIDADE DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	37
4.2 CLIMA	39
4.3 POTENCIAIS E LIMITAÇÕES DA ÁREA	40

4.4 USO DO SOLO	41
4.5 LEVANTAMENTO DO LOTE	42
5 CONDICIONANTES LEGAIS	48
5.1 PLANO DIRETOR	48
5.2 CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES	49
5.3 ABNT NBR 9050	50
5.4 ABNT NBR 9077	52
6 PROPOSTA DO PROJETO	53
6.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS	53
6.1.1 Orfanato Falatow Jigiyaso	53
6.1.1.1 Organização dos espaços	55
6.1.2 Orfanato de Amsterdã	56
6.1.2.1 Organização dos espaços	57
6.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS	61
6.2.1 Gangjin Children's Center	61
6.2.1.1 Organização dos espaços	62
6.2.2 NewBud Eco – School	64
6.3 DIRETRIZES DO PROJETO	67
6.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO	67
6.5 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	70
6.5.1 Steel Frame	71
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	78

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Feevale. Tem como objetivo reunir embasamento para a elaboração do projeto arquitetônico de uma Casa de Passagem para crianças e adolescentes para o município de São Francisco de Paula - RS.

A motivação por um tema de cunho social surgiu do desejo de ajudar crianças e adolescentes que se encontram longe do seu convívio familiar. Através da experiência profissional na área da Assistência Social, observou-se necessidade que o município possui de um local adequado para estas crianças e adolescentes.

No município existe uma Casa de Passagem que está em funcionamento desde julho de 2009, que se caracteriza por um abrigo de pequeno porte com capacidade máxima de até 20 crianças e adolescentes, de ambos os sexos. As Casas de Passagem funcionam como um serviço de acolhimento institucional, que recebe crianças e adolescentes em medida protetiva de abrigo, ou seja, em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar por autoridade competente (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA art. 101, Brasil 1990). Assim, os serviços de acolhimento institucional não devem ser confundidos com locais organizados para acolhimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação em estabelecimento educacional (ECA art. 112 - Brasil, 1990).

Ainda, o acolhimento institucional estabelecido pelo ECA tem por objetivo garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente (Brasil, 1990). Através de ações e experiências proporcionadas pelo serviço de acolhimento institucional, o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado, possibilitando a retomada do convívio familiar em um ambiente saudável. Ou seja, o serviço não pode ser nocivo ao desenvolvimento da criança e adolescente.

Sendo assim, por meio desta pesquisa, pode-se entender o funcionamento e construção das políticas públicas e as orientações trazidas pelas leis de proteção à infância e à juventude. A partir deste conhecimento, pode-se dar maior atenção a estas crianças e adolescentes, proporcionando uma vida com dignidade e participação na construção de uma sociedade evolutiva e justa.

2 TEMA

2.1 CASA DE PASSAGEM

O trabalho propõe-se a desenvolver uma Casa de Passagem para crianças e adolescentes no município de São Francisco de Paula-RS. Dentro do serviço de acolhimento institucional, a Casa de Passagem é uma modalidade de caráter emergencial, com espaço determinado para a permanência de crianças e adolescentes por período transitório, não superior a dois anos. O local deve possuir profissionais preparados para receber essas crianças, dando-lhes atendimento e diagnóstico, analisando sua situação e encaminhando para sua família ou para outra modalidade de atendimento (BRASIL 2009).

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No Brasil, as origens do atendimento à criança e ao adolescente em serviços de acolhimento remontam ao período colonial, onde predominou a Roda dos Expostos. Nesse atendimento, bebês e crianças pequenas eram deixados/abandonados em uma roda, instalada nos hospitais e nas congregações religiosas. O objetivo principal era a proteção integral dessas crianças, preservando a identidade daqueles que os abandonavam (MARCILIO, 2006). As crianças abandonadas eram acolhidas em instituições conhecidas como Santa Casa de Misericórdia e lá recebiam alimentação, vestuário e ensinamento religioso (ADRIÃO, 2013).

O principal motivo que levava ao abandono dessas crianças era a dificuldade de constituir um ambiente familiar. Também era comum o abandono de crianças advindas de relações entre escravas e senhores, e de relações ilegítimas de mulheres da alta sociedade.

De acordo com Marcilio (2006), a assistência à criança abandonada no Brasil passou por três fases distintas: a fase caritativa, onde predominou a Roda dos Expostos, a fase da filantropia e a fase do Estado protetor. Filantropia é a capacidade de ajudar o próximo baseado no amor à humanidade, sendo assim, do final do século XIX até a metade do século XX, o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, conhecido comumente como abrigo, tinha suas origens nos serviços de filantropia, geralmente ligados a instituições religiosas.

No período da República Velha (1889-1930) houve um abandono do Estado com relação ao acolhimento e nenhum mecanismo, lei ou instituição fora criado para proteger os “menores” em situação de vulnerabilidade. De acordo com Rizzini (1995), existiu uma forte crítica com relação à corrente positivista, pois não se admitia a intervenção do Estado na questão social. Portanto, poucos projetos foram executados para a política, prosseguindo a articulação entre o público e o privado, com ações assistencialistas.

Com a expansão industrial e urbana e políticas populistas (1930-1959), a ideologia filantrópica de pensar e cuidar da infância, foi sendo substituída pelo Estado protetor e pela lógica da preocupação social, fomentando uma atuação mais expressiva para o atendimento e proteção junto à população necessitada (CUNEO, 2008).

O Estado Protetor é a forma de organização onde cabe ao país garantir à população serviços públicos que lhe garantam a proteção. Na década de 80, o Brasil passou por um intenso momento de organização e mobilização pública empreendida pelos diferentes movimentos sociais. Neste contexto, a questão dos direitos das crianças e adolescentes toma força, especialmente através do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que se somaram na Comissão Nacional Criança e Constituinte (RIZZINI, 1995).

Através da Constituição de 1988, o governo passou a ser responsável pela normatização e coordenação das políticas sociais e a execução dessas políticas ficou a cargo dos estados e municípios, garantindo que todas as parcelas da população tivessem garantias de condições de vida digna (ARGILE, 2010). A Constituição garante como direitos fundamentais de toda criança e adolescente: saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária (Constituição Federal, art. 227).

2.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Após o longo período de ditadura do Brasil (1964-85), em 1989, é promulgada a Lei Federal nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), impulsionada pelo movimento de defesa dos direitos humanos. Neste contexto de mudanças, o ECA foi considerado a lei mais progressiva em comparação com leis existentes nos demais países latinos (RIZZINI, 1995).

Esta nova legislação equiparou as crianças e adolescentes aos demais sujeitos de uma sociedade. Ou seja, as crianças e os adolescentes passaram a ter os mesmos direitos sociais e constitucionais que o restante da população, em condições de igualdade (SANDRINI, 2009).

O ECA resultou do envolvimento de três grandes esferas da sociedade: o mundo jurídico, representado por juízes, promotores de justiça, advogados e professores de direito; as políticas públicas, representadas por atores progressistas da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e por dirigentes e técnicos dos órgãos estaduais reunidos no Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais para a Criança e adolescente; e o Movimento Social, representado pelo Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, por um considerável grupo de entidades não governamentais e pelos centros de Pesquisa das Universidades (COSTA, 1994).

Conforme o artigo 19 da lei federal 8.069, as crianças e adolescentes têm direito à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente em família substituta. Só devem ser encaminhados para o acolhimento institucional os casos em que todos os outros recursos para a manutenção da família de origem, extensa ou família substituta na comunidade tenham sido esgotados.

A história brasileira revela que frente a situações de pobreza, a primeira medida tomada era o afastamento da criança do convívio familiar. Com a promulgação do ECA esta cultura foi rompida, pois ressalta que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. Para garantir o afastamento, apenas em casos excepcionais, o artigo 130 do ECA (Brasil, 1990) estabelece que em casos de violência praticados por familiar ou responsável com o qual a criança resida, a autoridade pode promover o afastamento do agressor da moradia comum.

O ECA também prevê a criação de, no mínimo, um conselho tutelar em cada município, tendo a função de orientar as famílias e atender as crianças e adolescentes em risco ou cujos direitos foram ameaçados (GULASSA, 2010).

O Estatuto coloca o direito à convivência familiar como direito fundamental da criança, portanto estabelece que o atendimento deve ser individualizado e em pequenos grupos com características familiares. O esforço das políticas públicas deve ter como objetivo o fortalecimento do vínculo com a família de origem.

As políticas de atendimento previstas pelo ECA procuram garantir que toda criança seja criada com sua família ou em famílias substitutas, sendo o abrigo uma alternativa para casos excepcionais e de forma transitória. A legislação deixa bem clara a importância da família e da comunidade para o desenvolvimento da criança e Brandt (1994) reforça essa ideia ao afirmar que:

“O abrigo foi pensado para acabar com os prisioneiros sociais. Uma criança em estado de abandono não pode ser privada de liberdade por motivos sociais. Precisa de proteção e apoio na medida em que não pode ser responsabilizada pela situação em que se encontra. Tem direito à uma família, a um espaço próprio para morar e de participar na vida da comunidade” (BRANDT, 1994, p.20).

A prioridade da legislação é que as crianças permaneçam em suas famílias de origem ou substitutas, mas ainda existem milhares de crianças e adolescentes que tem como único lar os abrigos municipais.

2.4 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO

O termo abrigo, muito utilizado até pouco tempo, vem sendo substituído pelo termo acolhimento institucional, conforme descrito nas orientações sobre acolhimento institucional (RONDÔNIA, 2008).

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram o serviço de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social, podem ser de natureza pública-estatal ou não estatal e devem pautar-se no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), na Norma Operacional Básica (NOB) e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (BRASIL, 2009).

Os serviços de acolhimento devem proporcionar às crianças e adolescentes acolhidos o afastamento do convívio familiar provisório, o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, facilidades de acesso e respeito à diversidade, atendimento diversificado e individualizado, garantia de liberdade e respeito à crença e religião (BRASIL, 2009). De acordo com Costa (2011), o atendimento individual e especializado é de suma importância para as crianças acolhidas, pois a quebra do

vínculo familiar pode acarretar inúmeras consequências dolosas para o seu desenvolvimento.

Os locais de acolhimento institucional não devem ser de reclusão, sendo essencial, para os acolhidos, o contato com a sociedade fora da instituição. As crianças e adolescentes não podem ser privados da liberdade, tendo as mesmas práticas habituais de qualquer outra criança, como atividades de cultura, religião, esporte e lazer, interação com a comunidade escolar, do bairro e da cidade.

Ainda, é necessário que nessas instituições sejam proporcionadas relações afetivas para os acolhidos, evitando formas de disciplinas rígidas e escassas de demonstração afetiva. Isso porque esse é um local de construção de sujeitos.

O acolhimento é uma condição excepcional na vida das crianças e adolescentes acolhidos, desejando-se que voltem, o mais rápido possível, ao convívio da família de origem ou, quando for o caso, da substituta, e aprendam a lidar com os conflitos decorrentes de uma relação familiar.

2.4.1 Modalidades de acolhimento institucional

O abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco, abandono e orfandade em entidades de proteção é uma medida prevista pelo ECA (art. 101, inciso VII), e são divididos nas seguintes modalidades:

República: Serviço de apoio e moradia subsidiada para grupos de até 6 adolescentes divididos em unidades masculinas e femininas, entre 18 e 21 anos, oriundos de outras formas de acolhimento institucional. O principal objetivo deste serviço é fazer a transição do adolescente da vida institucional para a vida autônoma.

Abrigo: Serviço de acolhimento e desenvolvimento para crianças de 0 a 18 anos, de ambos os sexos, em grupos de, no máximo, 20 usuários. O atendimento é especializado e oferece moradia provisória até que a criança seja encaminhada novamente para sua família, família substituta ou extensiva, quando for o caso.

Casa de Passagem: Serviço de caráter emergencial e provisório com profissionais capacitados para receber crianças de 0 a 18 anos, em qualquer hora do dia com necessidades de acolhimento imediato. A entidade acolhe crianças e adolescentes por um período de curta duração, ou seja, tempo suficiente para analisar a situação e encaminhar a criança para a família ou para outro serviço de acolhimento.

Casa Lar: Serviço de acolhimento dividido em unidades residenciais espalhadas pela comunidade, onde um casal de moradores trabalha como cuidadores, em uma casa que não a sua. Serviço destinado a grupos de até 10 crianças, sob medida protetiva de abrigo, de ambos os sexos, entre 0 e 18 anos. São recebidos, preferencialmente, grupos de irmãos cujos pais estão cumprindo medida privativa de liberdade, internação em unidades hospitalares por longo período, possuem doenças mentais severas ou que, por algum motivo, não foi possível a adoção ou colocação em família substituta.

Aldeias: Conjunto de diversas casas lares distribuídas na mesma localidade geográfica.

2.4.2 Características e funcionamento

O programa de acolhimento institucional, conforme a Política Nacional de Assistência Social e as Normas Operacionais Básicas (2005), compõe a rede de proteção social especial e de alta complexidade. O acolhimento institucional deve ocorrer em um equipamento municipal, sendo que cada município deve dispor deste equipamento, salvos os casos em que a demanda não justifique sua construção.

Toda instituição de acolhimento à criança e ao adolescente deve estar devidamente registrada no conselho municipal da criança. O prazo para este registro é de quatro anos e, a cada dois anos, é necessária uma reavaliação do programa, para verificar se está de acordo com as regras de qualidade e eficiência, conforme os princípios da lei (FERRERA, 2010).

Em municípios com pequena população e baixa demanda de proteção especial, é permitido que seja realizando um sistema de consórcios entre municípios vizinhos, onde os municípios se planejam e se organizam administrativamente em conjunto.

Historicamente, há o envio de crianças e adolescentes para outros municípios, distintos daqueles de moradia da família. Essa prática é evitada, pois dificulta a retomada do vínculo familiar e enraíza na criança o sentimento de rejeição da comunidade local (TAJEDAS, 2009).

2.4.3 Estrutura física

O ECA propõe que as instituições de abrigo atendam grupos pequenos, entendendo que o acolhimento deve imitar uma residência familiar comum, com cômodos pequenos, aconchegantes, que proporcionem a interação entre seus moradores.

O acolhimento não deve provocar mais danos do que os já causados pelo afastamento da família. Essas instituições devem ter caráter residencial, situadas em bairro também residencial e não devem se diferenciar arquitetonicamente das demais moradias da localidade. Dessa maneira, evita-se a criação de estereótipos em torno dos protegidos e se favorece a interação com a comunidade local. Ainda, a área de implantação da instituição não deve se distanciar, do ponto de vista socioeconômico e geográfico, da realidade das crianças e adolescentes abrigados (BRASIL, 2009). O local não deve ser indicado através de placas ou similares, nem nomenclaturas que remetam a aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários (BRASIL, 2009).

Com relação à organização dos espaços internos da instituição, sugere-se que os cômodos se aproximem, ao máximo, de uma moradia comum. Sua composição deve ter sala de visitas, cozinha, sala de jantar, dormitórios, banheiros, área de serviço espaço para estudos e área externa arborizada, com brinquedos (BRASIL, 2009).

Os dormitórios devem possuir, no máximo, quatro camas, roupeiros suficientes para cada criança, onde cada um tenha acesso a suas roupas e pertences, individualmente. Essa organização favorece aspectos de organização, individualização e autonomia na criança. Ainda, os dormitórios podem ser separados obedecendo critérios de idade, sexo e grupos familiares (BRASIL, 2009).

As crianças devem ter acesso a todos os espaços da casa, exceto os que ofereçam risco (locais com armários de remédios e fogões). O local onde ocorrem as refeições pode ser integrado à cozinha, para que as crianças visualizem a preparação dos alimentos, estimulando saberes que facilitaram a construção de sua autonomia.

O espaço de moradia das crianças deve estar em uma edificação separada dos locais de atendimento e administração (TEJADAS, 2009). A instituição deve estar preparada para o ingresso de crianças com deficiências e, como equipamento de

política pública, deve contemplar os quesitos previstos para acessibilidade arquitetônica (NBR 9050).

2.4.4 Recursos humanos

As instituições de acolhimento institucional possuem atendimento ininterrupto, estão sujeitas a mudanças repentinas no número de acolhidos, atendem crianças com diferentes necessidades (0 a 18 anos). Isso deve ser levado em consideração no cálculo do número de funcionários que irá precisar. Sendo assim, o Plano Estadual de Assistência Social prevê uma equipe com, no mínimo, coordenação, monitoria (um monitor para cada 6 abrigados) e equipe técnica: Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Nutricionista, Recreacionista (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Já a Norma Operacional Básica para Recursos Humanos (NOB RH), prevê que, para cada 20 crianças, a instituição tenha um coordenador de nível médio ou superior e um assistente social; para cada 10 crianças, um psicólogo por turno, um cuidador com nível médio e formação específica e um auxiliar de cuidador com nível fundamental e formação específica. A Norma também prevê que o número de cuidadores pode aumentar de acordo com a necessidade e demanda da instituição.

Assim, os profissionais do acolhimento institucional são divididos em 4 grupos:

Responsáveis pelo Acolhimento Direto: Funcionários encarregados pelo acompanhamento da criança em sua vida diária, desde cuidados com higiene e alimentação até cuidados afetivos e emocionais, pertinentes a cada fase do desenvolvimento. Também são responsáveis por levar as crianças pequenas às escolas e creches e conduzi-las aos atendimentos médicos e psicológicos.

Equipe Técnica: Funcionários que respondem pela condução do programa e pelo atendimento individualizado, responsáveis pela elaboração do plano individual (BRASIL 2009). O plano Individual contém os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis e as atividades que serão elaboradas para a reintegração familiar.

A equipe técnica é responsável por prover subsídios para as demais equipes, identificando as crianças que precisem de um atendimento especializado e os encaminhando para a rede de atendimento do município.

Segundo o ECA, art. 141 (BRASIL 1990) cabe à equipe técnica as abordagens necessárias às famílias, por meio de visitas domiciliares periódicas e entrevistas, propiciando condições para o desligamento do abrigo e reintegração familiar ou família substituta.

Segundo Dantas (2009), a colocação em família substituta deve sempre ser feita com cautela, com acompanhamentos posteriores para garantir o sucesso da medida.

Cabe à equipe técnica a manutenção de prontuários, documentações de registro e avaliações de cada criança, elaborando relatórios que devem ser apresentados às autoridades judiciárias a cada seis meses.

Apoio Operacional: Funcionários responsáveis pela elaboração das refeições, limpeza e manutenção da moradia. Estes profissionais devem estar bem informados da dinâmica da instituição visto que, por vezes, interagem com as crianças e constituem vínculos com elas.

Administração: Funcionários responsáveis pela coordenação e administração do programa de acolhimento, respondendo também como guardião das crianças.

Para Arpini e Quintana (2003), é importante investir no universo institucional das unidades de acolhimento, possibilitando que estes lugares sejam vistos como lugares de possibilidades, acolhimento, crescimento, afeto e proteção.

2.5 ASPECTOS TÉCNICOS DO ACOLHIMENTO

2.5.1 Horário e atendimento

As Orientações Técnicas para os Serviço de Acolhimento para Criança e Adolescente (2008) estabelecem parâmetros para o funcionamento das instituições de acolhimentos, tendo em vista que elas devem oferecer local que propicie o desenvolvimento saudável dos acolhidos.

Segundo o ECA, art.92 (BRASIL 1990), quando houver o acolhimento de grupos de irmãos, estes não devem ser separados. Esta maneira de acolhimento rompe com uma histórica separação, onde se acreditava que os sexos deveriam receber educações separadas, com valores e concepções distintas. Também se entende que a convivência entre distintas faixas etárias é um modo do mais novo reconhecer o processo de desenvolvimento do mais velho e aprender com isso, do

mesmo modo que aconteceria no ambiente familiar, enfatizando o princípio de não desmembrar o grupo familiar (MELLO e SILVA, 2004).

Complementando, o artigo 101 do ECA (BRASIL 1990) enfatiza que a instituição deve favorecer o fortalecimento do vínculo familiar, para o retorno do abrigado ao convívio de sua família. Para tanto, é necessário que seja de conhecimento da equipe as necessidades da família do acolhido, sua composição, seus anseios, desejos, situação econômica, e o motivo pelo qual ocorreu o abrigo. O trabalho articulado entre Conselho Tutelar e Sistema de Justiça determina a manutenção ou incremento do vínculo, através de visitas dos familiares e das crianças aos familiares, conforme for o caso.

Seguindo as determinações do ECA art. 16 (BRASIL 1990), as rotinas das crianças no acolhimento devem favorecer o seu desenvolvimento físico, moral, mental e social. Deve incluir atividades pedagógicas que atendam seu desenvolvimento e também as necessidades de cada um. Deve conter atividades da vida diária (alimentação e higiene) e também voltadas ao lazer, escolarização, cultura e esporte.

O atendimento oferecido tem de perseguir o objetivo da individualização, ou seja, entender que cada criança e adolescente é um ser único dotado de seus desejos e anseios e necessidades próprias (TEJADAS, 2009).

De acordo com Hansen (2003), a educação ocupa um papel cada vez mais importante no processo de desenvolvimento das crianças. Envolve aprender e reaprender em todas as fases da vida. Sendo assim, a criança é totalmente dependente do ambiente onde vive e, a relação afetiva com quem lhe acolhe, é fundamental para a sua constituição como sujeito.

As crianças e os adolescentes devem ter a oportunidade de realizar pequenas mudanças nos espaços privativos, fazendo escolhas e participando na organização dos espaços, segundo seu grau de desenvolvimento e capacidade. Também podem receber seus amigos e colegas, devidamente supervisionados por educadores e equipe técnica. Os aniversários serão comemorados de modo individual, evitando festas coletivas (BRASIL, 2009).

O serviço de acolhimento é complexo e necessita de constante capacitação da equipe. Assim, é importante que ocorram reuniões sistemáticas dos profissionais que atuam no atendimento, o diálogo entre a equipe (técnicos, educadores e outros

profissionais que atuem no abrigo) para o balizamento de concepções e aperfeiçoamento dos métodos práticos (TEJADAS, 2009).

O trabalho nas instituições de acolhimento não pode ser isolado, as demandas apresentadas no cotidiano do abrigo e a legislação pertinente determinam que haja uma rede de proteção integral.

Segundo Baptista (2002), o abrigo é um serviço inserido em uma rede de atendimento compostos por Conselho Tutelar, Justiça da Infância e Juventude, e diversas secretarias incumbidas das políticas públicas sociais do município.

Esta rede se articula e se completa para oferecer à criança proteção integral e condições para que seus direitos sejam garantidos conforme preconiza o ECA.

A seguir são descritas algumas atribuições de cada órgão envolvido, segundo a NOB – Normas Operacionais Básicas.

Conselho Tutelar: Responsável por aplicar as medidas preventivas ao acolhimento, mantendo diálogos com a criança e a família: sempre que o conselheiro achar necessário o abrigamento deve encaminhar a situação ao conhecimento do Ministério Público.

Equipe Técnica do Abrigo: Acolhem a criança no programa de acolhimento institucional, e realizam acompanhamento na família, tendo em vista a reintegração familiar.

Ministério Público: Responsável por deflagrar o procedimento judicial contencioso relativo ao acolhimento, bem como a desconstituição do poder familiar, quando for o caso.

Juizado da Infância e Juventude: Cabe ao juizado a decisão quanto ao abrigamento institucional, a destituição do poder familiar, e a inclusão a criança em família substituta (lei 12.010/2009).

2.6 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM SÃO FRANCISCO DE PAULA

O município de São Francisco de Paula possui serviço de Acolhimento Institucional, de caráter público municipal, que integra a política pública de assistência social, onde oferta acolhimento e proteção para crianças e adolescentes, sob medida de proteção devido a situação de risco.

No ano de 2002, o Poder Executivo do município vivenciava uma situação inédita e peculiar à realidade de uma pequena cidade do interior do Estado. Através do Poder Judiciário foi expedido o mandato de acolhimento institucional para um grupo de cinco irmãos, visando cumprimento de medida protetiva de abrigo. Não dispondo de serviço especializado, o município celebrou convênio com a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APROMIN), localizada no Município de Taquara, há 42 Km de distância da sede do abrigado (PAIVA, 2015).

O distanciamento geográfico entre as crianças e adolescentes acolhidas e suas famílias prejudicava o fortalecimento de vínculos em ações cotidianas dos serviços, tais como: visitas, encontros com as famílias e com pessoas de referência da comunidade. Desse modo, o Ministério Público de São Francisco de Paula ingressou, junto ao Poder Judiciário, uma Ação Pública responsabilizando o Poder Executivo em assumir a responsabilidade pelas crianças que se encontravam em municípios vizinhos. Então, foi determinado a construção de uma casa abrigo para crianças e adolescentes (PAIVA,2015).

Depois de várias tentativas frustradas de formar parcerias com instituições privadas, a Secretaria Municipal de Assistência Social assumiu legalmente o serviço de acolhimento institucional. Em junho de 2009, a Prefeitura formou uma parceria com a Petrobras para a construção de uma unidade de abrigo institucional. A instituição foi nomeada como Casa de Passagem Santo Antônio, com inauguração em 11 de julho de 2009, no bairro Campo do Meio (PAIVA,2015). O local é de pequeno porte, com capacidade máxima de 20 usuários, entre crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos.

2.7 JUSTIFICATIVA DO TEMA

A Casa de Passagem Santo Antônio atualmente possui em torno de 250m² de área construída, com 3 dormitórios, berçário, sala de estar, sala de TV, brinquedoteca, playground, refeitório, cozinha, dispensa, área de serviço, 3 banheiros e sala de coordenação. No momento possui 13 acolhidos, sendo 2 bebês, 6 adolescentes e 5 crianças e a equipe profissional é composta por 7 cuidadores, 2 serventes, 1 coordenadora, 1 assistente social e 1 psicólogo.

A Casa de Passagem está em funcionamento desde 2009, mas algumas recomendações feitas pelo ECA e demais normas não ocorrem de acordo. Percebe-

se que o equipamento não possui condições adequadas de moradia digna para as crianças que lá estão acolhidas. Essas condições propiciam um ambiente nocivo para o crescimento e desenvolvimento destas crianças e adolescentes e podem aumentar os danos já causados pelo afastamento da família. Assim, através de uma análise realizada no local pode-se perceber que é necessário que a instituição seja repensada.

Conforme pode se observar na Figura 1, a fachada da instituição não segue as Orientações Técnicas para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes, já que não devem ser inseridas placas ou qualquer outra forma de indicação da natureza da instituição ou equipamento (BRASIL, 2009).

Figura 1 – Fachada da Instituição.



Fonte: Autor (2017).

Nas Figuras 2 e 3, fica evidente a existência de salas administrativas juntamente ao espaço de moradia das crianças. As especificações determinam que no abrigo não devem existir salas técnicas destinadas ao atendimento, estas devem ser situados em outros prédios, o espaço do abrigo deve se limitar apenas à moradia da criança (BRASIL, 2008).

Figura 2 e 3 – Sala de Coordenação.

Fonte: Autor (2017).

As Figuras 4 e 5 mostram outro descumprimento às Orientações Técnicas: em cada dormitório deve haver no máximo quatro camas, favorecendo aspectos de organização, individualização e autonomia na criança (BRASIL, 2009). Nessas imagens, visualiza-se um número bem maior de camas e também a presença de berços, mostrando que a divisão de dormitórios por faixa etária também não ocorre no local.

Figura 4 e 5 – Dormitório Feminino e Masculino

Fonte: Autor (2017).

Atendendo o princípio de individualidade, a criança e adolescente devem ter sua própria roupa e local para guardá-la individualmente. É contraindicado o uso de equipamentos coletivos. As Figuras 6 e 7 mostram a existência de um roupeiro coletivo onde todas as roupas são guardadas conjuntamente.

Figura 6 e 7– Roupeiro Coletivo

Fonte: Autor (2017).

Na Figura 8 verifica-se que a ventilação dos dormitórios é insuficiente pois janelas basculantes não são recomendadas para espaços de descanso e com alto fluxo de pessoas.

Figura 8– Janela Dormitórios

Fonte: Autor (2017).

A Figura 9 mostra a desorganização da sala de estar, tornando o ambiente desagradável. Além disso, não aproveita eficientemente seu espaço nem cumpre com a função a que se destina.

Figura 9 – Sala de Estar



Fonte: Autor (2017).

Os banheiros não possuem acessibilidade universal, conforme mostra a Figura 10. É necessário que o local esteja apto para receber crianças e adolescentes com deficiência.

Figura 10 – Banheiros



Fonte: Autor (2017)

Conforme a Figura 11, percebe-se que a cozinha é pequena, não possui área suficiente para o preparo de refeições em grandes quantidades, também é desorganizada e não possui todos os equipamentos necessários.

Figura 11 – Cozinha



Fonte: Autor (2017).

A partir dessa análise, pode-se perceber que a Casa de Passagem é pequena, não possui espaço suficiente para acolher os 20 abrigados que se dispõe, possui estrutura defasada e não atende às Normas Técnicas para Acolhimento Institucional.

Uma Casa de Passagem com um bom projeto arquitetônico, além de contribuir para o desenvolvimento das crianças, cria um ambiente saudável de permanência. Deste modo, o projeto a ser desenvolvido neste trabalho de conclusão de curso tem por finalidade desenvolver uma Casa de Passagem para o município de São Francisco de Paula, que seja apropriada aos acolhidos, cumprindo as normas e recomendações técnicas.

2.8 OBJETIVOS DA PROPOSTA

O objetivo da Casa de Passagem para Crianças e Adolescentes é promover o Acolhimento Institucional de qualidade para cerca de 20 crianças, em um local com características residenciais, ambientes acolhedores e agradáveis.

Também deve atender as necessidades básicas de cada criança ou adolescente, proporcionar espaços para realização de oficinas e atividades educativas, culturais, de lazer e esporte, favorecer a interação das crianças entre si e com a comunidade.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa se desenvolverá através de dois métodos; a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Através da pesquisa bibliográfica busca-se informações sobre o tema abordado em sites, livros, artigos científicos e normas técnicas, formando base para o desenvolvimento do projeto proposto. Apresenta-se, no primeiro momento, a contextualização histórica de como se originou a institucionalização do acolhimento no Brasil e no município de São Francisco de Paula. O trabalho também apresenta normas técnicas para o acolhimento institucional e considerações realizadas em artigos científicos.

Para o estudo de caso, foi aplicado o método de entrevista aberta semiestruturada que serão feitas em Casas de Passagem existentes na região. Foram elaboradas perguntas sobre a rotina da Casa de Passagem, estrutura, da casa e o perfil dos acolhidos (apêndice A). As entrevistas serão de grande relevância para o trabalho, pois trazem, além dos dados, experiências e sensações da equipe responsável pelo acolhimento.

Com as informações coletadas a partir do estudo de caso, o projeto contemplará, dentro das possibilidades, o maior número de informações necessárias para um bom acolhimento, aproximando-se das reais necessidades das pessoas que moram ali.

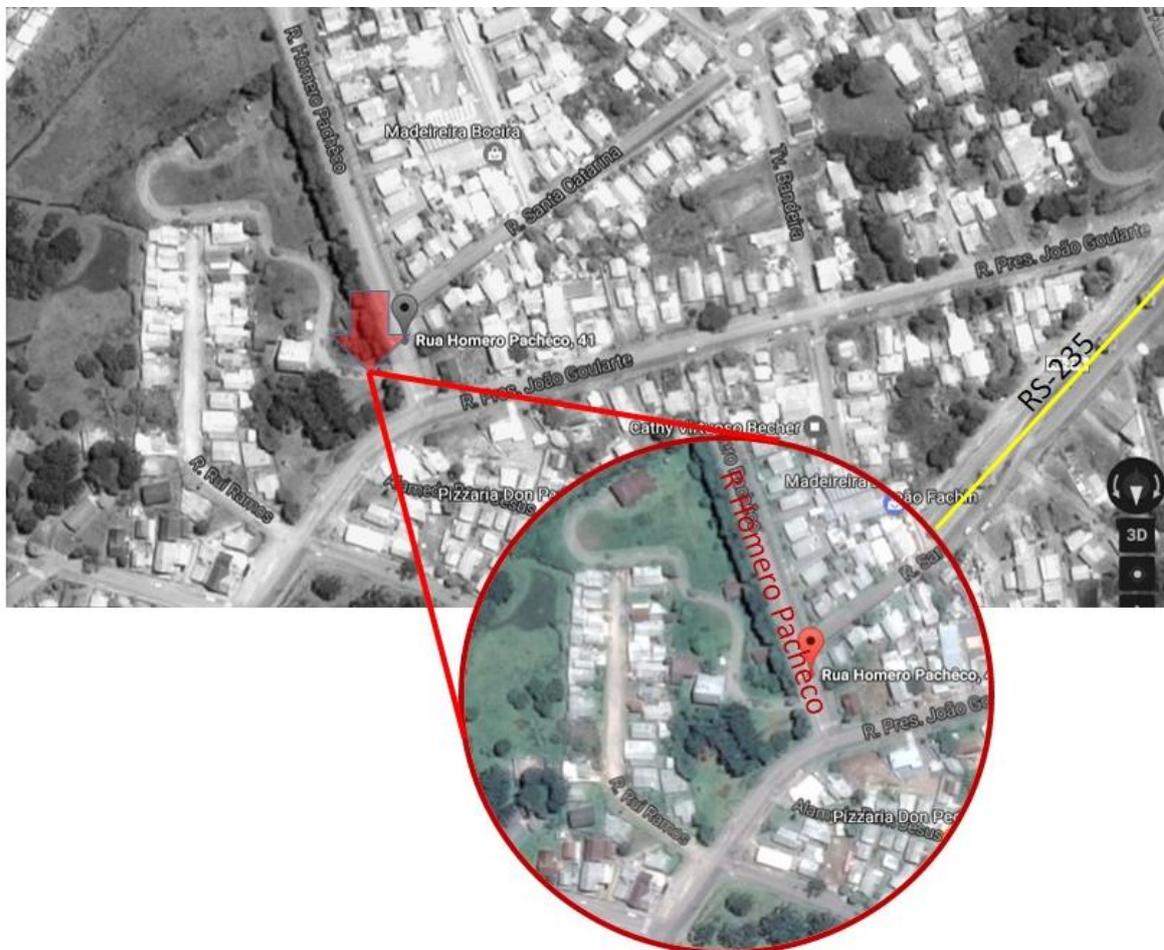
3.1 ESTUDO DE CASO - ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICIENTE ROSA DE SARON, CASA LAR

A Associação Evangélica Beneficente Rosa de Saron é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2008, que oferta o serviço de acolhimento institucional no município de Canela-RS, desde julho de 2009. Os recursos mantenedores provêm de contribuições de associados, doações, promoções e repasses da Prefeitura Municipal de Canela. A instituição está situada no bairro Canelinha, em uma região predominantemente residencial, próxima à RS-235 (Figura 12).

A visita e entrevista foram realizadas no dia 20 de abril de 2017, com a Professora Rosane Pretto Terra, coordenadora da Instituição. Não foi possível conhecer todas as dependências da instituição a, pois muitas crianças ainda se

encontravam nos dormitórios. Da mesma forma, poucas fotos foram tiradas para preservar a identidade e a privacidade dos acolhidos, conforme orientação recebida.

Figura 12 – localização da Associação Evangélica Beneficente Rosa de Saron, em Canela-RS



Fonte: Google Maps, adaptado pelo Autor (2017).

No local estão acolhidos, no momento, 15 crianças, sendo 9 meninos e 6 meninas. O acolhimento pode ter crianças e adolescentes entre 0 a 18 anos e, no dia da entrevista, a entidade contava com abrigados de 02 a 17 anos, na sua maioria adolescentes, e apenas três crianças.

Os casos mais comuns de acolhimento, segundo a coordenadora, são em função da negligência e dos abusos físicos, sexuais e psicológicos. Há casos de acolhimento por emergências eventuais, onde a criança é acolhida sem a decisão do judiciário.

Em Canela existe o programa de Apadrinhamento Afetivo, onde um padrinho e/ou madrinha auxilia e acompanha a vida da criança ou adolescente. É uma

oportunidade de resgatar o direito da convivência familiar e comunitária da criança e adolescente, oferecendo-lhes a oportunidade de se relacionar melhor e ampliar suas referências.

Em datas comemorativas e dias especiais, a entidade abre suas portas para a comunidade. Através de comerciantes e empresários locais, são organizadas atividades e eventos para entreter e ensinar as crianças.

As crianças, obrigatoriamente, frequentam a escola e também participam de oficinas, atividades culturais e esportivas que complementam a educação para a vida pós-abrigo.

A entidade conta com 12 funcionários, sendo 6 cuidadores, 1 coordenador, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 zelador, 1 servente e 1 cozinheira. O funcionamento ocorre durante as 24 horas do dia e os funcionários trabalham no regime de plantões. Cada plantão possui, no mínimo, um cuidador e uma cozinheira. Conforme o aumento do número de abrigados mais funcionários são contratados.

Quando a criança chega na Instituição são atendidas, primeiramente, suas necessidades básicas (higiene, vestuário e alimentação). Em seguida, os cuidadores, juntamente com a coordenadora, apresentam à criança a rotina da casa e os ambientes que pode frequentar.

Segundo a coordenadora, a relação das crianças com os funcionários é muito próxima, sendo ela mesma uma referência materna para os acolhidos.

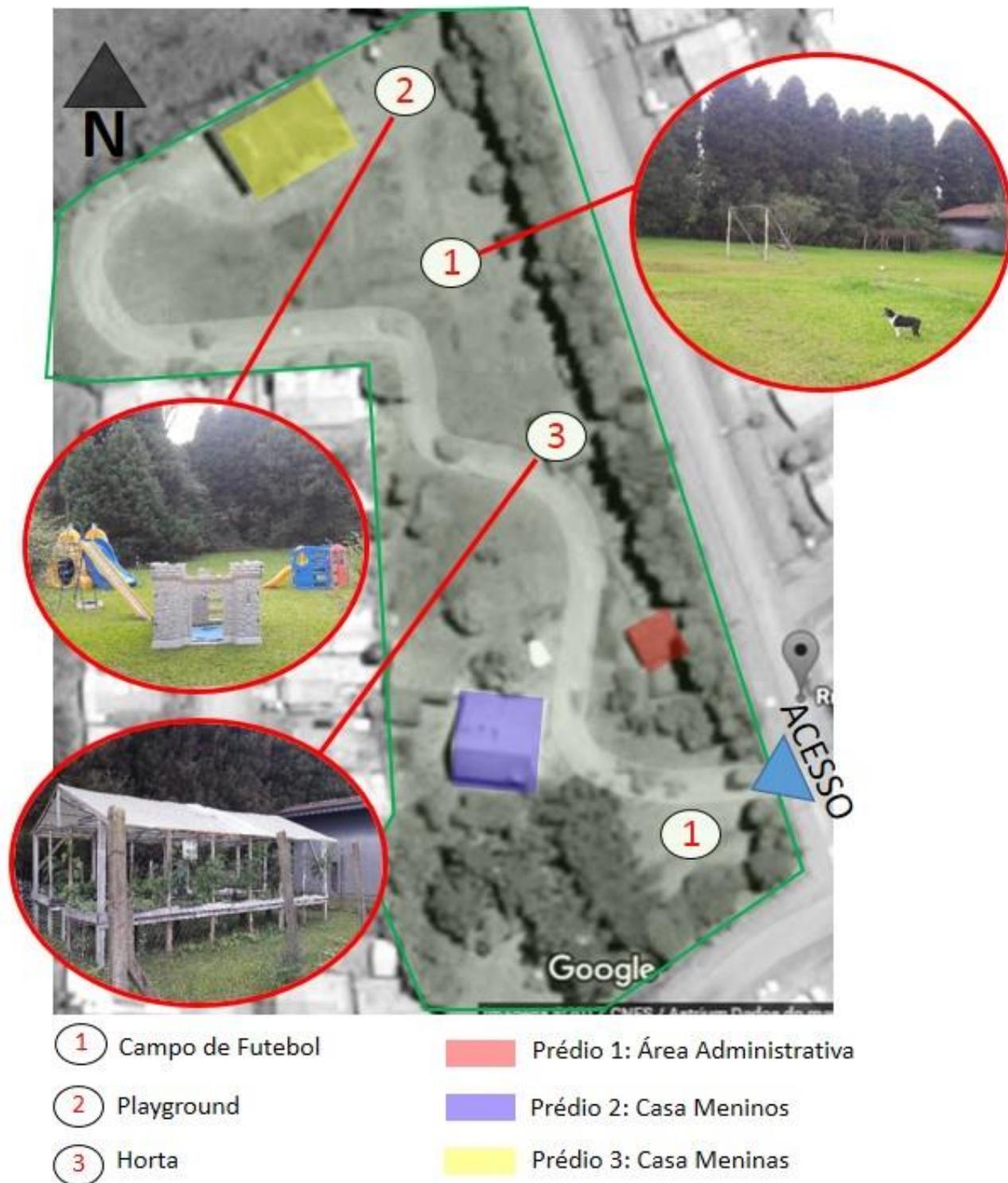
3.1.1 Organização dos espaços

A estrutura física da casa contempla todas as necessidades dos acolhidos e eles têm acesso a quase todos ambientes, exceto a cozinha e lavanderia, que têm acesso restrito aos funcionários. O armário de remédio e produtos químicos encontram-se nos ambientes restritos ao acesso das crianças.

As crianças e adolescentes podem fazer pequenas mudanças nos espaços que ocupam, mediante o consentimento da coordenação.

Conforme a Figura 13, o programa de acolhimento está dividido em prédios, com funções distintas, sendo um administrativo e os outros dois de moradia. O local ainda conta com dois campos de futebol, playground e horta comunitária.

Figura 13 – Implantação no terreno

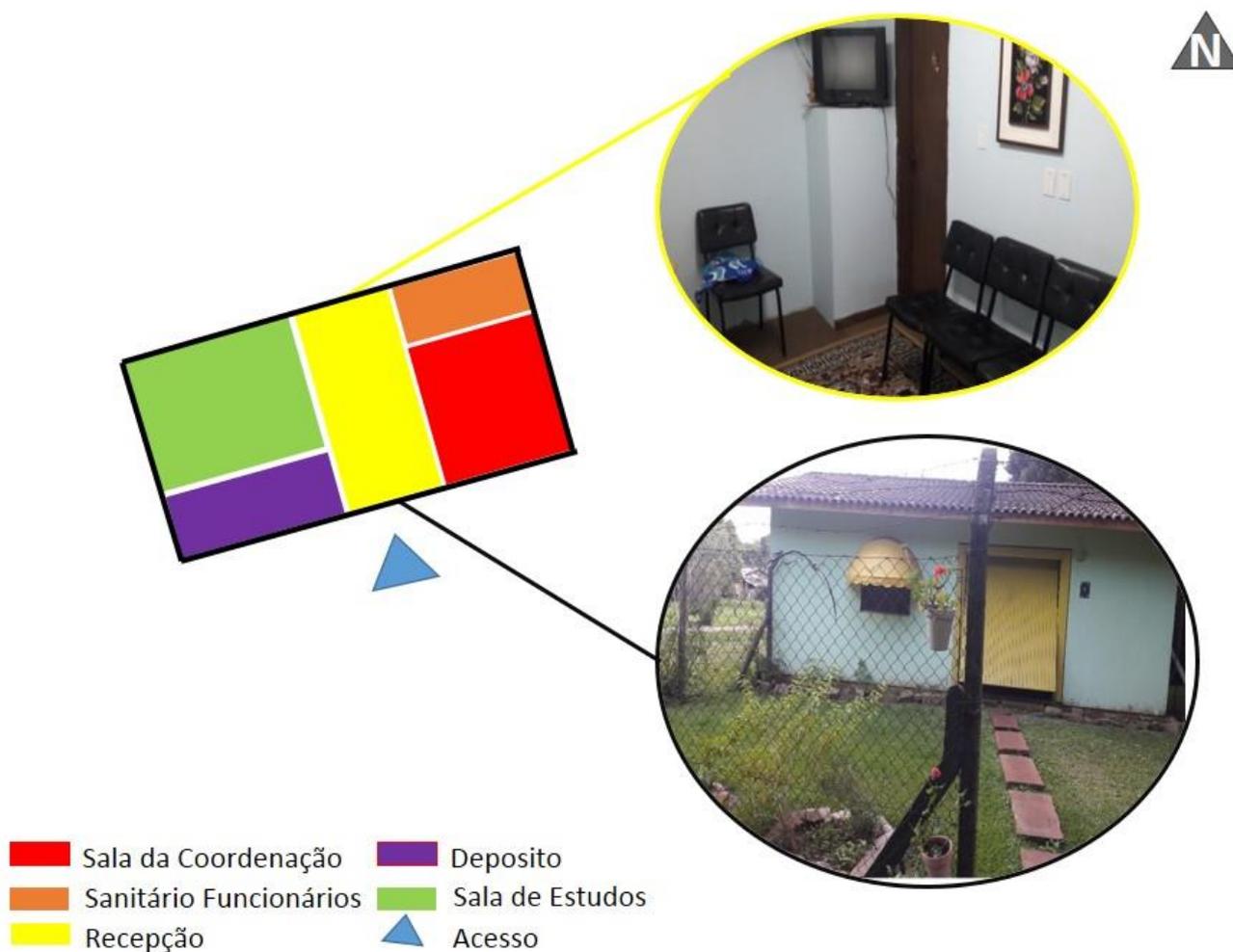


Fonte: Google Maps, adaptado pelo Autor (2017).

Prédio 1: Possui um pavimento e funciona como área administrativa, contém a recepção, depósitos, sanitários de funcionários, sala da coordenação e sala de

estudos onde, em parceria com a comunidade, são ministradas aulas de inglês e cursos de profissionalização (Figura 14).

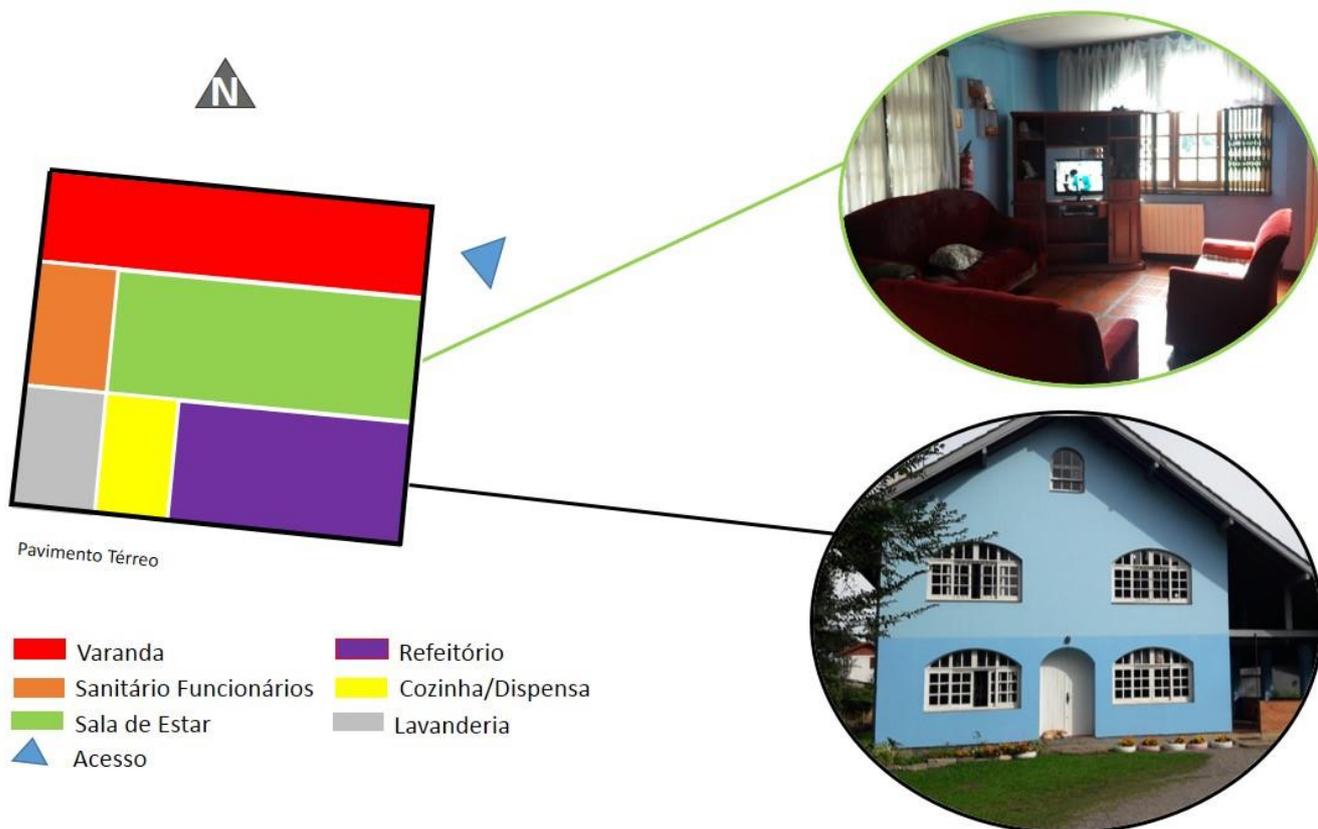
Figura 14 – Zoneamento Prédio 1



Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

Prédio 2: Ficam os abrigados maiores de oito anos e os adolescentes meninos. O prédio de dois pavimentos possui no térreo: sala de estar, refeitório para pequenas refeições, cozinha, lavanderia e sanitário; no segundo pavimento: dois banheiros e quatro dormitórios (Figura 15).

Figura 15 – Zoneamento Prédio 2



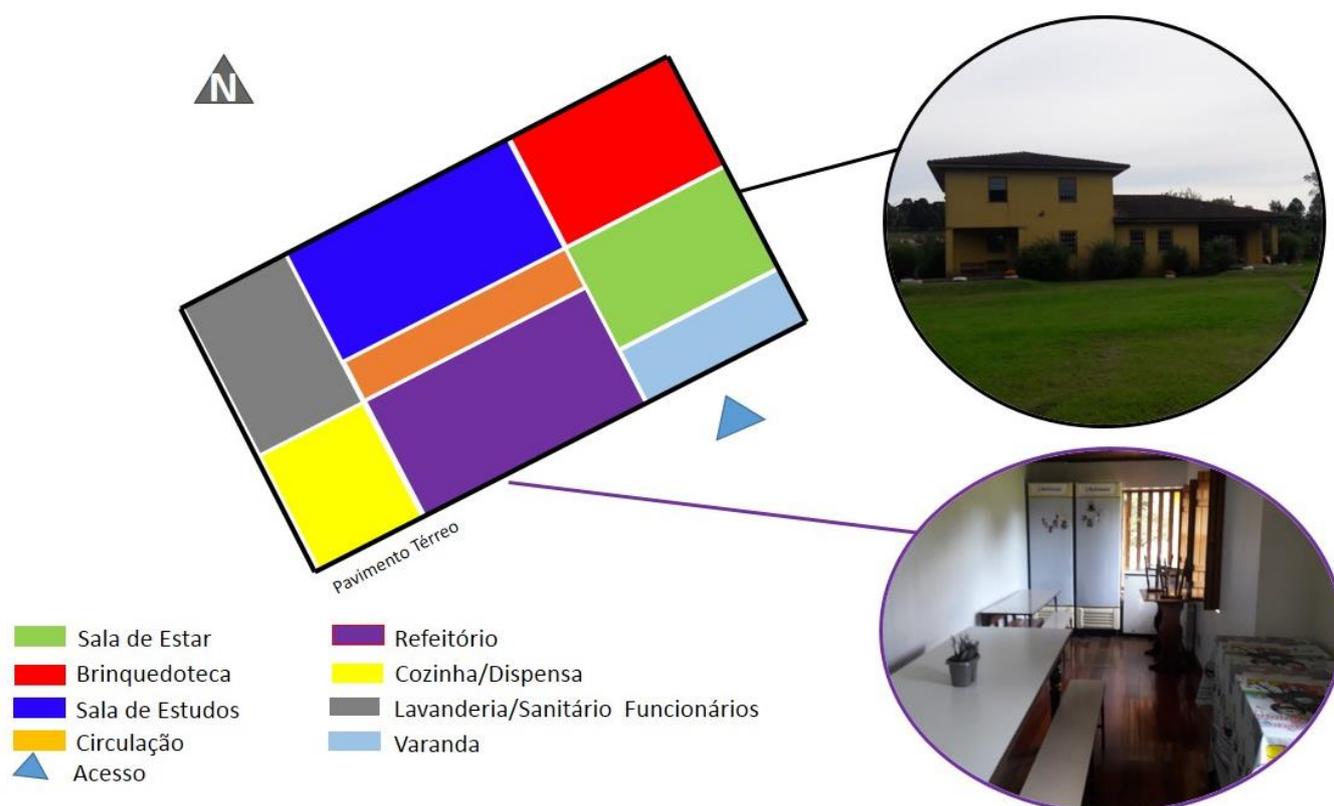
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

Prédio 3: Ficam os abrigados menores de oito anos e as adolescentes meninas. O prédio de dois pavimentos possui no térreo: sala de estudos, brinquedoteca, sala de estar, refeitório, cozinha, lavanderia e sanitário para funcionários; no segundo pavimento: três dormitórios e dois banheiros (Figura 16).

O refeitório do prédio 3 possui área maior, pois é onde todos os acolhidos da entidade se encontram para realizar as principais refeições.

Os dormitórios dos dois prédios estão divididos conforme a faixa etária e grupo familiar.

Figura 16 – Zoneamento Prédio 3



Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

3.2 ESTUDO DE CASO - ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA DA FLORESTA IMPERIAL, LAR PADILHA

A Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial é uma organização de sociedade civil, que se dedica em melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade.

A entidade realiza o serviço de acolhimento institucional, desde 1978, em Taquara-RS. Acolhia, primeiramente, crianças e adolescentes empobrecidos e sem moradia, oriundos da periferia de Novo Hamburgo-RS, pois na época o lar tinha um perfil mais próximo de orfanato. Está localizada no centro do município de Taquara, próximo a RS-020 (Figura 17).

Para que não percam seus vínculos familiares, o Lar Padilha mantém o programa de inserção familiar, onde a assistente social visita regularmente a família dos acolhidos, com o intuito de reaproximar a família e promover o desligamento do abrigo.

A instituição realiza oficinas lúdicas terapêuticas, acompanhamento escolar, artístico, cultural e esportivo. Todos os domingos, um grupo de voluntários realiza um almoço diferenciado para os acolhidos, e muitas pessoas na comunidade combinam para fazer brincadeiras e atividades com as crianças.

Os adolescentes são encaminhados a cursos profissionalizantes externos ao Lar Padilha, bem como inseridos no mercado de trabalho através de programas do governo. Todas as crianças estão regularmente matriculadas em escolas e creches municipais e estaduais de Taquara e recebem transporte escolar.

Segundo o Coordenador, o acolhimento na instituição dura, em média, um ano e, em alguns casos, após o retorno das crianças ao convívio familiar, por um motivo ou outro estas voltam ao acolhimento institucional.

A entidade funciona 24 horas por dia e conta com 3 cuidadores de plantão durante o dia, mas a noite, pela menor demanda ficam 2 cuidadores. Possui também 1 coordenador, 1 assistente social, um psicólogo, 2 cozinheiras e 1 servente.

Logo que a criança chega no abrigo o setor de Psicologia e Serviço Social da entidade preenche uma ficha para controle interno e faz um cadastro, através da conversa com a criança, Conselho Tutelar e Serviço Social do município.

Pelo importante trabalho desempenhado na promoção da retomada do convívio familiar e comunitário, o Lar Padilha foi premiado, em 2007, pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), sendo referência no seguimento de abrigos em nível estadual.

3.2.1 Organização dos espaços

A estrutura física da casa contempla todas as necessidades dos acolhidos, e estes têm acesso a quase todos ambientes, com exceção do setor de serviços (cozinha, despensa e armário de remédios).

As crianças e adolescentes podem fazer pequenas mudanças nos ambientes que ocupam, mas, devido à falta de espaços, não existem muitas possibilidades.

Conforme a Figura 18, o programa de acolhimento está dividido em dois prédios. O prédio 1 é um prédio administrativo e de serviço e o prédio 2 destina-se, exclusivamente, a moradia. O local conta ainda com um playground e uma república, que serve de moradia para adolescentes acolhidos que completaram a maioridade civil e não possuem condições de retorno ao convívio familiar.

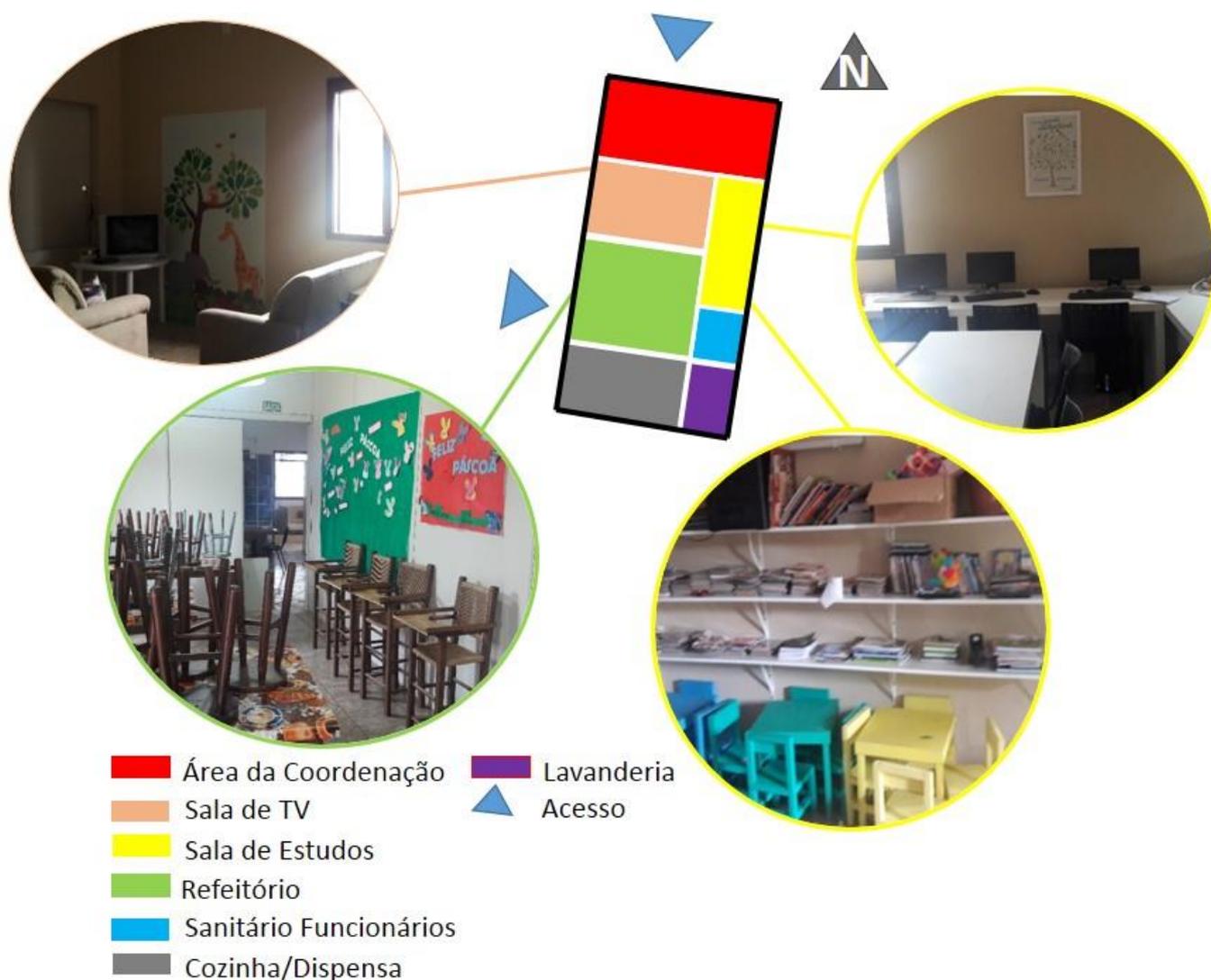
Figura 18 – Implantação no terreno



Fonte: Google Maps, adaptado pelo Autor (2017).

Prédio 1: O prédio contempla a área administrativa e de serviços, com refeitório, cozinha, despensa, sanitário para funcionários, lavanderia, sala da coordenação, sala de TV e de estudos (Figura 19).

Figura 19 – Zoneamento prédio 1



Fonte Elaborado pelo Autor (2017).

Prédio 2: Destinado exclusivamente à moradia, possui cozinha, lavanderia, sanitário para os abrigados, sala de TV, cinco dormitórios, sendo dois para meninos, dois para meninas e um berçário (Figura 20). Os dormitórios estão divididos por gênero e faixa etária, possuem um guarda roupa para cada acolhido e no máximo, quatro camas.

Figura 20 – Zoneamento prédio 2



Fonte Elaborado pelo Autor (2017).

4 LOTE

4.1 A CIDADE DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

O município de São Francisco de Paula está localizado na Encosta inferior do Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, em uma zona chamada de Campos de Cima da Serra e Região das Hortênsias, ficando a cerca de 112Km da capital do Estado, Porto Alegre (Figura 21).

Figura 21 –Localização de São Francisco de Paula/RS



Fonte: elaborado pelo Autor (2017).

Segundo Teixeira (2002), a área onde hoje é o município, foi habitada, antigamente, por índios Caáguas. Com a extinção destes, a região passou a ser caminho dos tropeiros que viajavam do Rio Grande do Sul a São Paulo. O povoamento da cidade começou quando o capitão Pedro da Silva Chaves, militar natural de Lisboa, recebeu uma gleba de terras na região e doou uma pequena área para a construção de uma igreja em homenagem ao seu santo devoto, São Francisco de Paula. Aos poucos o local foi sendo povoado e, em 1903, emancipa-se como São Francisco de Paula.

Conforme dados do IBGE, o município possui população estimada de 21.617 habitantes, e uma área territorial de 3.264,490Km² (IBGE, 2017).

Grande parte da área do município é composta por campos (Figura 22), onde pode-se encontrar agrupamentos de diversas árvores, conhecido popularmente como Capões. A Araucária também pode ser encontrada em grandes quantidades e sua semente (Pinhão) é de grande importância cultural e econômica para o município, desperta o interesse dos turistas, é símbolo local e dá nome para a maior festa tradicional da cidade: a Festa do Pinhão.

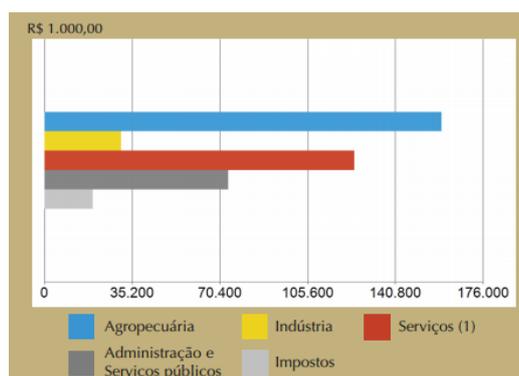
Figura 22 –Vista aérea de São Francisco de Paula/RS



Fonte: Teixeira (2002).

Conforme dados do IBGE (2017), a economia do município é baseada no setor de serviços, agricultura, indústria e pecuária. O município é o maior produtor de batata do Brasil, possuindo também destaque na produção de maçãs, hortaliças e na criação de gado Vacun. No setor industrial, destacam-se as indústrias madeireira e calçadista. Ainda, tem grande importância o setor de serviços, já que a cidade é ponto turístico da região (IBGE,2017).

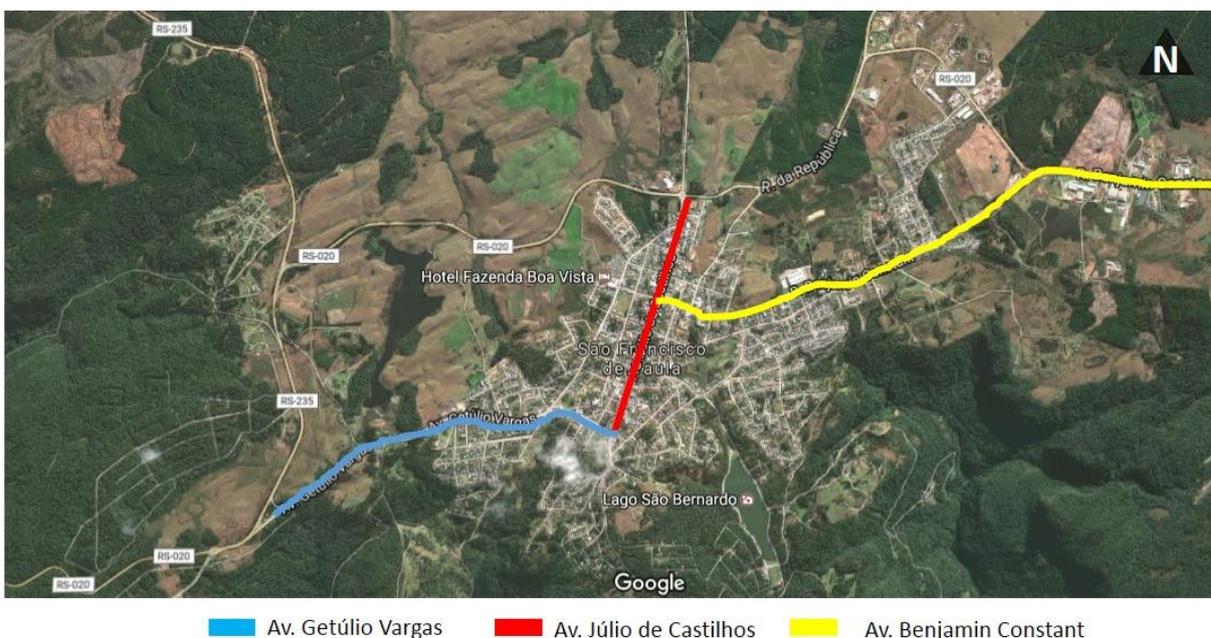
Figura 23 – PIB de São Francisco de Paula/RS



Fonte: Ibge (2017).

O município pode ser acessado por Taquara, Três Coroas e Cambará do Sul pela rodovia RS-020, por Gramado e Canela pela rodovia RS-235 e por Bom Jesus pela rodovia RS-110. As principais vias internas do município são a Avenida Getúlio Vargas, que liga o bairro Campo do Meio ao Centro; a Avenida Júlio de Castilhos, onde se encontra boa parte do comércio e a Avenida Benjamin Constant, que liga os bairros do Cipó, Rincão e Santa Isabel ao Centro (Figura 25).

Figura 25 – Principais vias internas de São Francisco de Paula/RS



Fonte: Google Earth, adaptado pelo Autor (2017).

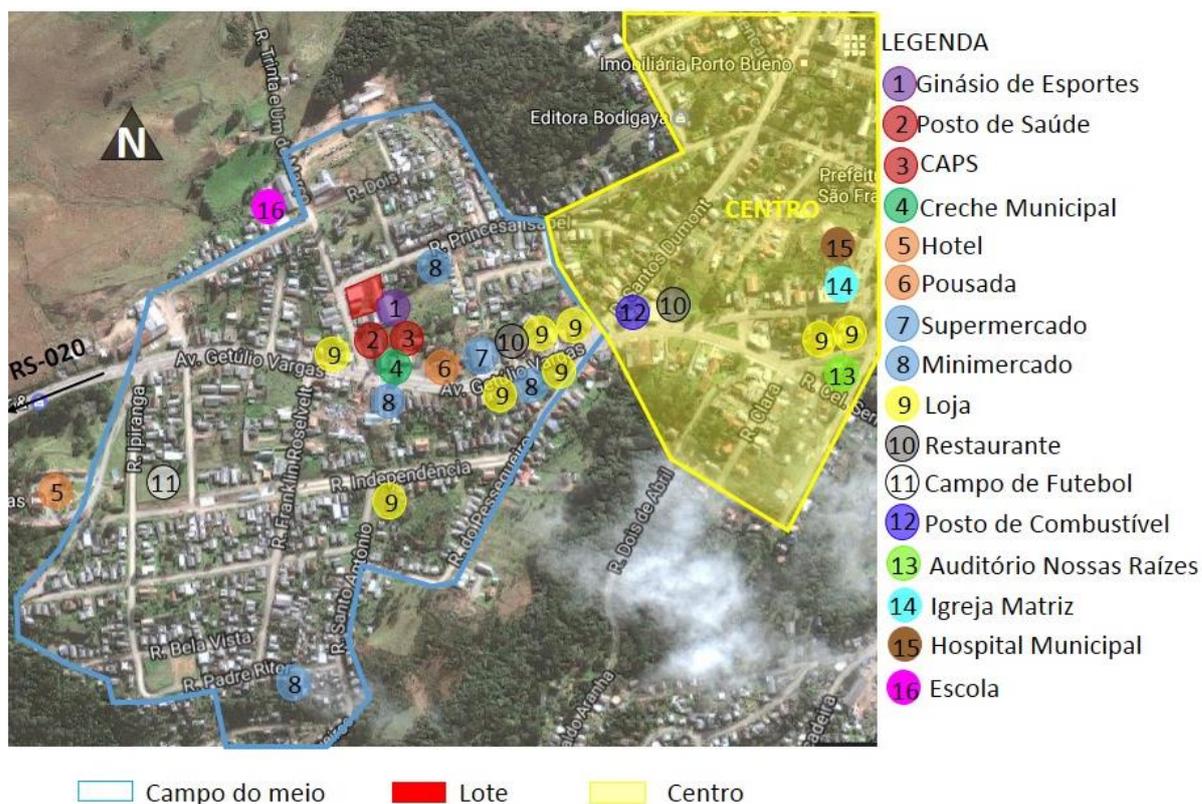
4.2 CLIMA

O município de São Francisco de Paula está 912 metros acima do nível do mar, situado numa zona limítrofe entre massas de ar tropical e polar, apresentando, assim, grande variação e temperatura. Possui clima subtropical, com verões brandos e úmidos e invernos frios.

A cidade é conhecida por suas baixas temperaturas favorecendo a ocorrência de geadas e a formação de cerração. A neve ocorre praticamente todos os anos, porém com poucos dias de precipitações, geralmente entre Julho e Agosto.

De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia (INMET), é o município mais chuvoso do Estado, com precipitações anuais acima de 2.100 mm de chuva por ano.

Figura 27 – Equipamentos Importantes



Fonte: Google Earth, adaptado pelo Autor (2017).

4.4 USO DO SOLO

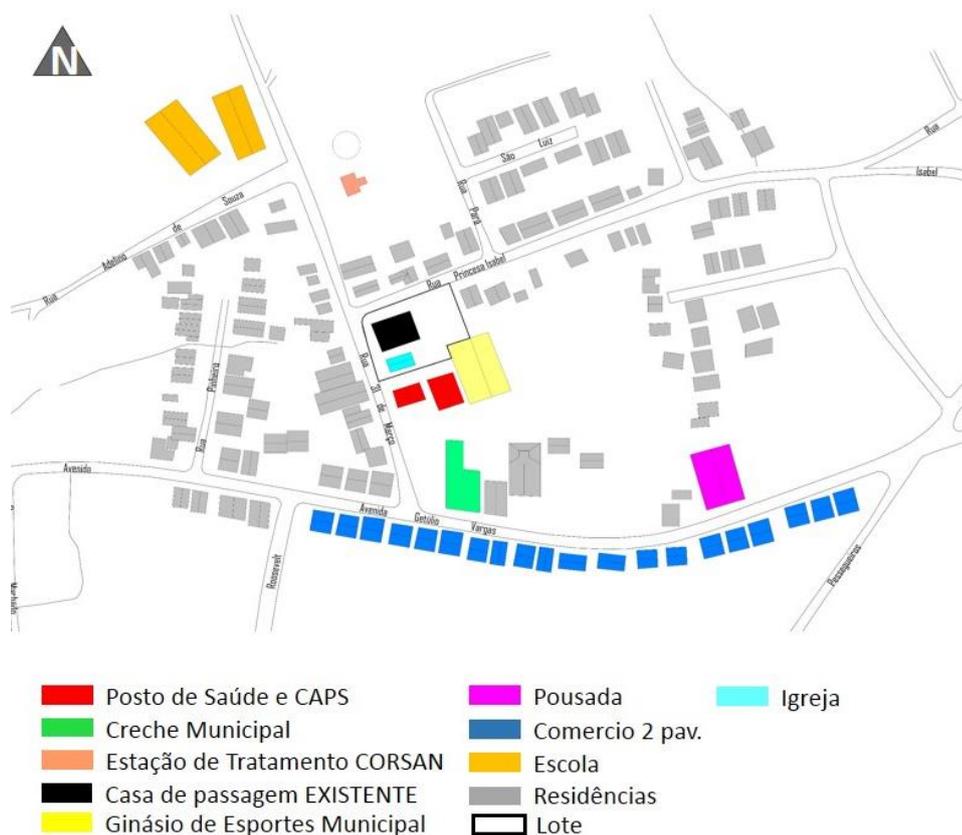
O terreno proposto para a implantação da Casa de Passagem é próximo do Ginásio de Esportes, da creche municipal e de uma escola estadual de nível fundamental (Figura 28).

As residências do entorno são térreas ou com, no máximo, dois pavimentos. Sendo que as últimas localizam-se, na maioria, na Avenida Getúlio Vargas e possuem uso misto (térreo comercial e segundo pavimento residencial).

As vias do entorno com maior tráfego de veículos são a Avenida Getúlio Vargas e a rua Princesa Isabel, paralelas ao lote. A rua Trinta e Um de Março possui baixo tráfego de veículos pois não possui saída, mas, em contrapartida, há grande movimentação de pedestres, já que é por ela que se tem acesso à escola e os serviços de saúde da rede pública municipal.

A vegetação predominante é de árvores nativas da região bem como de algumas árvores caducifólias plantadas por moradores.

Figura 28– Uso do solo



Fonte: elaborado pelo Autor (2017).

4.5 LEVANTAMENTO DO LOTE

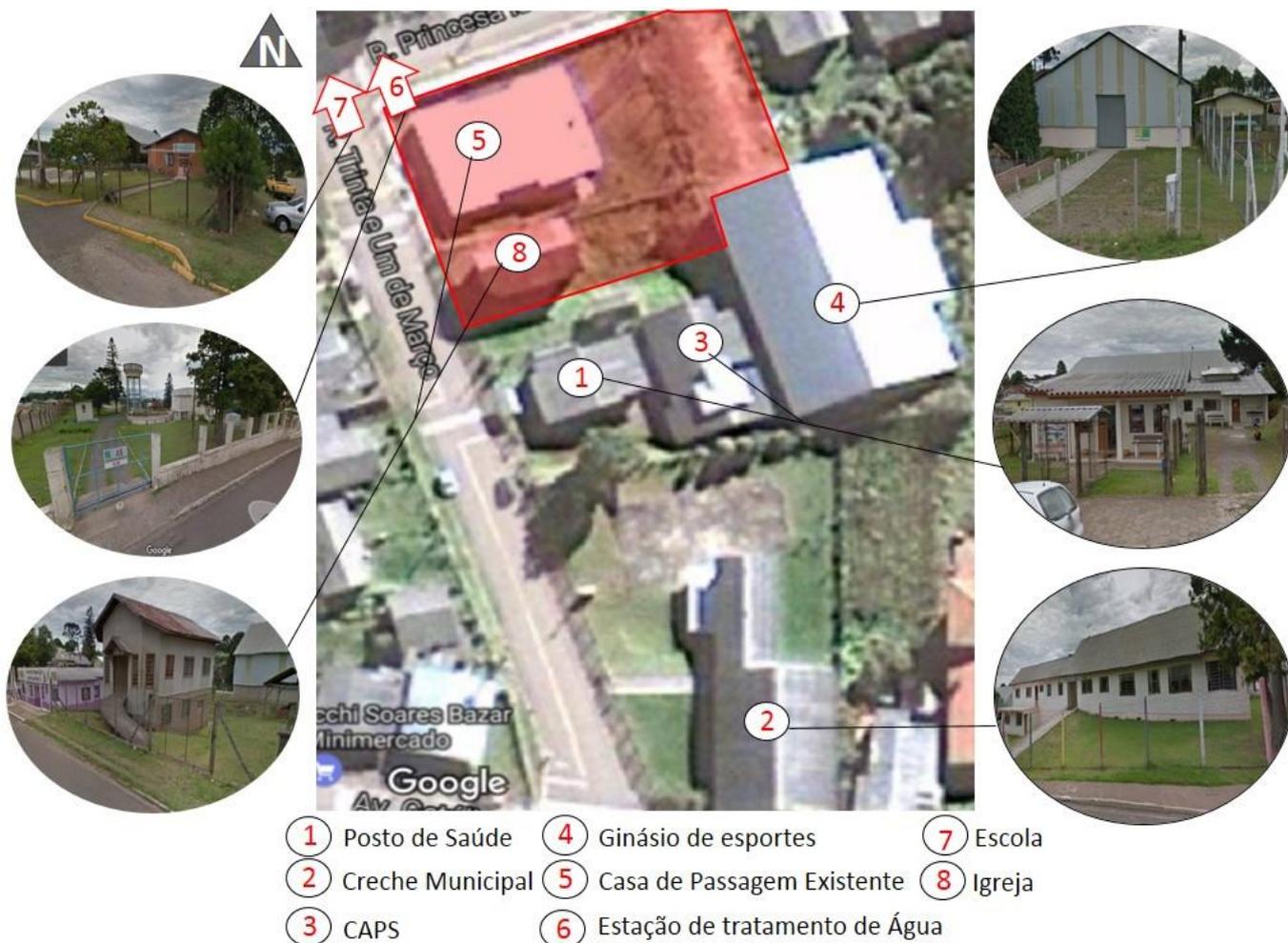
Na escolha do lote, algumas questões foram levadas em consideração e se optou por utilizar o lote onde se encontra a Casa de Passagem atualmente, na esquina das ruas Trinta e Um de Março e Princesa Isabel (Figura 29).

A Escola Estadual Adelino de Souza está próxima ao lote escolhido, facilitando o acesso das crianças à educação, sem grandes deslocamentos ou necessidade de transporte. Essa proximidade também permite a formação de parcerias entre a escola e a Casa de Passagem. A creche municipal Nossa Senhora do Rosário distancia-se apenas 30 metros do lote, permitindo que as crianças pequenas abrigadas sejam levadas facilmente à creche.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) Campo do Meio está localizada ao lado do lote. Em caso de necessidade, o atendimento das crianças é rápido e agilizado. E, junto à UBS, encontra-se o Centro de Atendimento Psicossocial, onde os acolhidos

poderão receber atendimento especializado de psicólogos e psiquiatras, se necessário.

Figura 29– Lote e entorno próximo

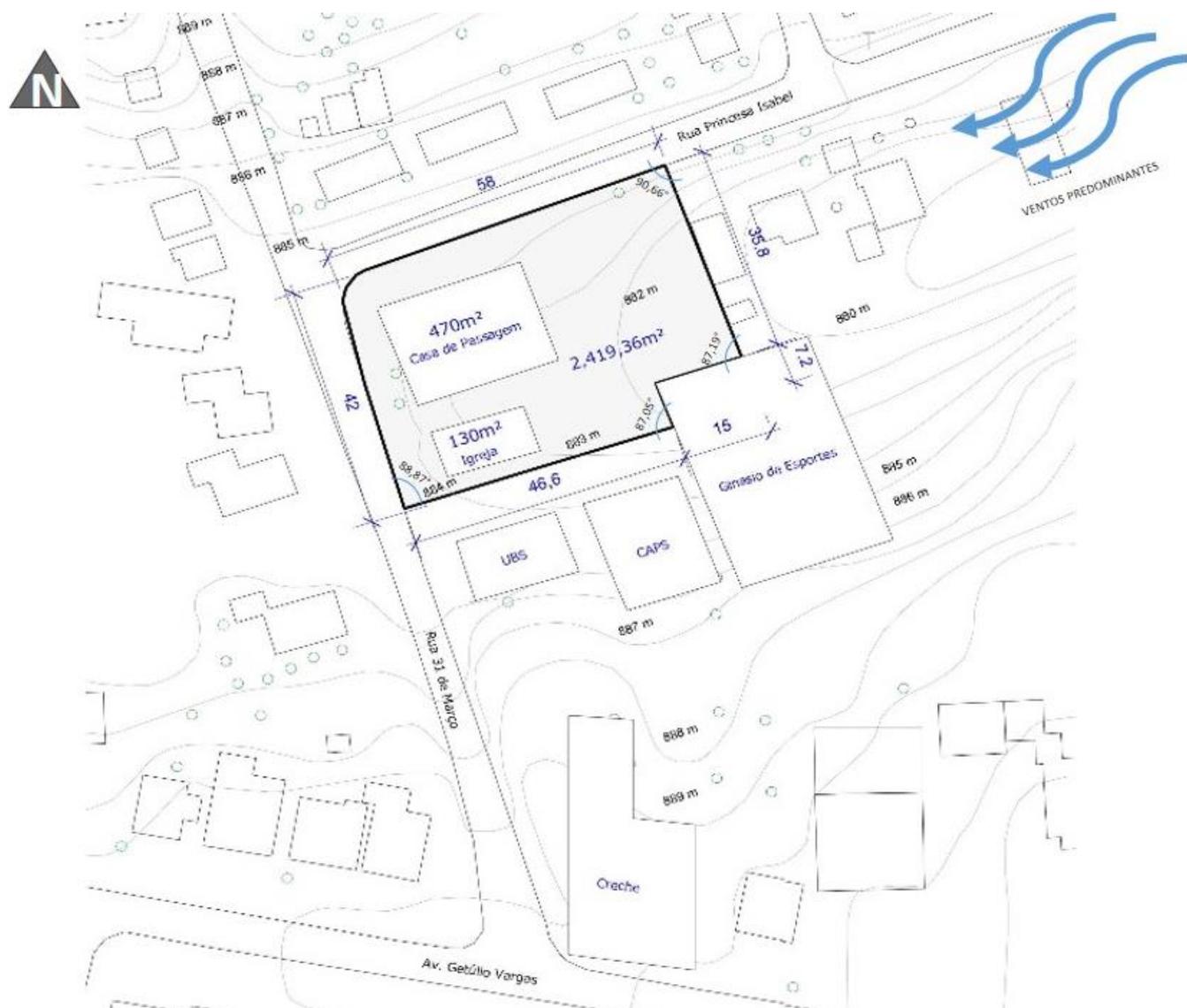


Fonte: Google Maps, adaptado pelo Autor (2017)

O Ginásio Municipal de Esportes do Campo do Meio está localizado nos fundos do lote. Nesse local as crianças poderão participar de atividades esportivas com outras crianças do bairro.

O lote da atual Casa de Passagem é pequeno para a implantação de uma Casa com completo programa de necessidades. Assim, o lote ao lado, uma antiga igreja abandonada, foi incorporado para a elaboração de um melhor projeto, que contemple quadra de esportes, playground e áreas verdes (Figura 30).

Figura 30– Lote



Fonte: Autor (2017).

O lote possui um desnível de 2 metros, mas que pode ser considerado pequeno tendo em vista a área do lote e a distância entre as curvas de nível que é de 5 metros.

Assim, o lote a ser utilizado possui área total de 2.419,36m², com duas preexistências: a igreja abandonada e a atual Casa de Passagem. A testada voltada para a Rua Trinta e um de Março possui 42 metros e, a voltada para a rua Princesa Isabel 58 metros. As vias do entorno são asfaltadas e possuem boa sinalização (Figura 31).

Figura 31– Vista das vias



Fonte: Autor (2017).

Na Figura 32, pode-se notar que não existem no lote árvores nativas que precisem ser preservadas. Porém, visualiza-se que, no lote da igreja abandonada, a vegetação está alta, atraindo roedores, insetos e outros animais. O lote encontra-se a 1,80 metros abaixo do nível da rua e, em dias de chuva, tanto o lote como a edificação sofrem com alagamentos. Dessa maneira, pode-se pensar em criar um aterro para elevar a nova edificação, deixando-a do mesmo nível da rua.

Figura 32– Vista do interior do lote



Fonte: Autor (2017).

5 CONDICIONANTES LEGAIS

5.1 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado – PDDAI (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2006) de São Francisco de Paula-RS é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e integra o processo de planejamento municipal.

O PDDAI estabelece diretrizes para o crescimento urbano conforme o que dispõe o art. 182 da Constituição Federal e o Estatuto das Cidades, além de assegurar a locação adequada de espaços, equipamentos e serviços públicos para os habitantes, em especial os portadores de necessidades especiais.

As atividades regulamentadas pela política municipal devem respeitar as leis ambientais e os recursos naturais devem ser preservados. A política municipal deve incentivar o consumo sustentável e a economia dos recursos naturais, promover o baixo consumo de energia e minimizar os possíveis impactos ambientais.

Por ser uma cidade pequena, o PDDAI de São Francisco de Paula possui poucas determinações e restrições que podem limitar a concepção do projeto arquitetônico. As mais relevantes são quanto a largura do passeio público, que deve ser 1/5 da caixa viária para cada lado da via e o uso e a ocupação do solo que deve seguir os parâmetros determinados pela tabela de índices urbanísticos (Figura 35).

Figura 35– Índices urbanísticos para o uso e ocupação do solo

ZONA	USOS		ÍNDICE DE APROVEITAMENTO				TO (%)	TP (%)
			Mínimo	Básico	Máximo	Operação Urbana		
MACROZONA URBANA	residencial	unifamiliar	0,20	1,50	-	-	50	20
		multifamiliar	0,20	2,00	3,00	4,00	65	20
		não residencial	0,20	2,00	3,00	4,00	80	20
EXCLUSIVAMENTE INDUSTRIAL		industrial e correlatos	0,20	1,50	2,00	-	75	20

Fonte: PDDAI de São Francisco de Paula (2006), adaptado pelo Autor (2017).

5.2 CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES

O Código de Edificações de São Francisco de Paula trata das regras gerais e específicas a serem observadas no projeto, construção e manutenção de edificações sem prejuízo das leis federais e estaduais existentes.

O objetivo básico deste código é garantir qualidade nas edificações, promovendo condições de habitabilidade, higiene, conforto térmico e acústico bem como segurança e durabilidade. Na concepção do projeto arquitetônico da Casa de Passagem devem ser observadas algumas orientações do Código de Edificações.

A ventilação deve garantir renovação de ar pelas aberturas segundo as necessidades biológicas indicadas na tabela (Figura 36).

Figura 36– Tabela de Ventilação Mínima

Espaço disponível por pessoa (m ²)	Ar fresco requerido por pessoa (m ³ /h)		
	Mínimo	Valores recomendáveis	
		Sem fumaça	Com fumaça
3	40,7	61,2	81,4
6	25,6	38,5	51,1
9	18,7	28,1	37,4
12	14,4	21,6	28,8

Fonte: Código de Edificações de São Francisco de Paula (2006), adaptado pelo Autor (2017).

Todas as dependências, independente do uso, devem ser iluminadas diretamente, na relação de 1/7 da área do piso, respectivamente. A cozinha e o lavabo poderão ser iluminadas indiretamente, desde que a distância da abertura não ultrapasse dois metros.

As escolas, creches e similares, entre estes a Casa de Passagem, devem ter salas de aulas com área mínima de 1, 20m² por aluno, não podendo ter área mínima de 15, 00m². Deve ter área de recreação descoberta com área mínima de uma vez e meia a soma da área de todas as salas de aula e ter local de recreação coberto com no mínimo 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

Ainda, devem possuir bebedouros e ter no máximo dois pavimentos de altura, salvo os casos em que os demais pavimentos sejam somente administrativos. As repartições públicas e prédios institucionais devem ter pelo menos uma vaga de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências físicas.

5.3 ABNT NBR 9050

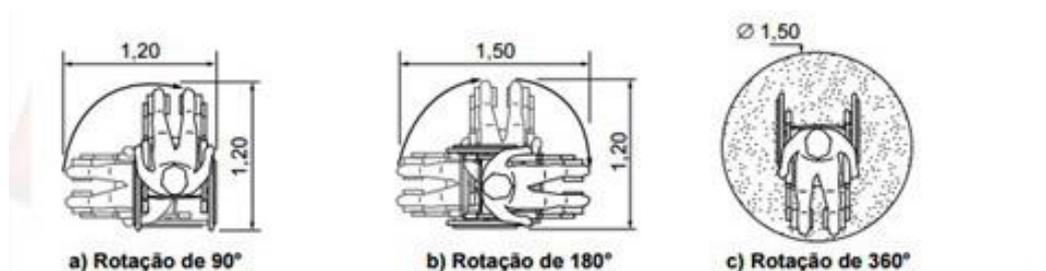
A NBR 9050 trata das questões de acessibilidade universal em edificações, mobiliários e equipamentos urbanos indispensáveis no desenvolvimento do projeto arquitetônico.

O projeto proposto visa atender esses parâmetros de acessibilidade universal oferecendo às crianças, funcionários e visitantes acesso com segurança, independentemente de sua condição física.

Conforme a NBR 9050, as circulações internas de uso comum devem ter largura mínima de 0,90 metros e ter extensão de até 4 metros. As circulações com extensão de até 10 metros devem ter largura mínima de 1,50 metros.

As portas devem ter largura mínima de 0,90 centímetros, tamanho que permita a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas. As dependências devem possuir locais de manobra que permitam o giro completo de uma cadeira de rodas, com no mínimo 1,50 metros de diâmetro (Figura 37).

Figura 37– Área de manobra



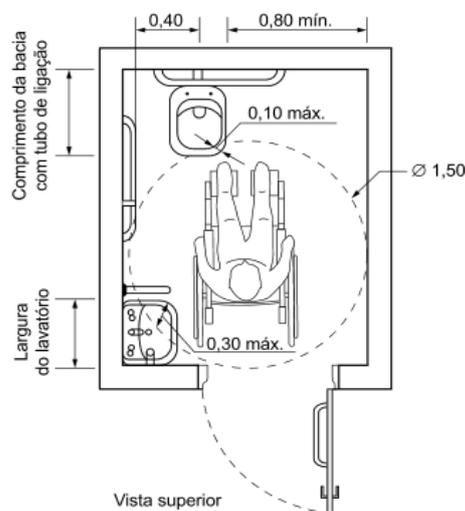
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

Os pisos e revestimentos de acabamento devem possuir superfície regular firme e estável, não trepidante ou derrapante, com uma inclinação máxima de 2% para pisos internos e 3% para pisos externos.

Os sanitários devem estar próximos à circulação principal, possuir entrada independente e sinalização adequada. A área mínima dos sanitários deve permitir o giro de 360° de uma cadeira de rodas (Figura 38).

As rampas devem ser calculadas pela equação $i = h \times 100 / c$, onde i = inclinação em porcentagem, h = altura do desnível, e c = comprimento da projeção horizontal (Figura 39).

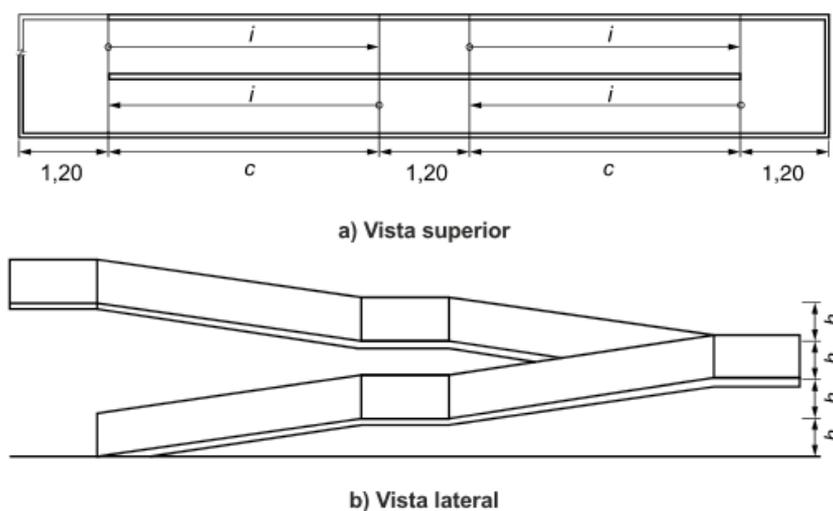
Figura 38– Área mínima dos sanitários



Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

A largura mínima para rampas com acessibilidade é 1,20 metros, e a inclinação máxima permitida é de 8,33%.

Figura 39– Dimensionamento de Rampas



Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

5.4 ABNT NBR 9077

A NBR 9077 regulamenta condições para que o edifício seja evacuado em segurança em caso de incêndio e que permita que os bombeiros e demais profissionais possam acessar com rapidez a edificação para combater o incêndio.

Conforme a figura 40, a Casa de Passagem, quanto à ocupação, se enquadra na divisão B-1 da tabela 1 da NBR, que abrange hotéis, pousadas, motéis, pensões, hospedarias e albergues. Com as informações da tabela 5 é possível calcular a largura das saídas através da fórmula $N=P/C$, onde N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro; P = população; C = capacidade da unidade de passagem (Figura 40).

Conforme a tabela 6 a distância a ser percorrida para deixar a edificação deve ser de no máximo 50 metros no caso de ter mais de uma saída e a tabela 7 determina que a Casa de Passagem deve ter no mínimo uma saída de emergência (Figura 40).

Figura 40– Tabelas de Dimensionamento

Tabela 1 - Classificação das edificações quanto à sua ocupação					
B	Serviços de hospedagem	B-1	Hotéis e assemelhados	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, albergues, casas de cômodos	
		B-2	Hotéis residenciais	Hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se apart-hotéis, hotéis residenciais)	

Tabela 5 - Dados para o dimensionamento das saídas						
Grupo	Ocupação	Divisão	População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
				Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
		A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
B	-	-	Uma pessoa por 15,00 m ² de área ^(E)			

Tabela 6 - Distâncias máximas a serem percorridas					
Tipo de edificação	Grupo e divisão de ocupação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
		Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
X	Qualquer	10,00 m	20,00 m	25,00 m	35,00 m
Y	Qualquer	20,00 m	30,00 m	35,00 m	45,00 m
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Tabela 7 - Número de saídas e tipos de escadas																															
Dimensão		P (área de pavimento ≤ 750 m ²)									Q (área de pavimento > 750 m ²)																				
Altura		K			L			M			N			O			K			L			M			N			O		
Ocupação		N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.
Gr.	Div.																														
A	A-1	1	1	NE	1	NE	-	-	-	-	1	1	NE	1	NE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	A-2*	1	1	NE	1	NE	1	EP	1	PF	1	1	NE	2*	NE	2*	EP	2*	PF	2*	PF	2*	PF	2*	PF	2*	PF	2*	PF	2*	PF
	A-3	1	1	NE	1	NE	1	EP	2	PF	1	1	NE	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF
B	B-1	1	1	NE	1	EP	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF
	B-2	1	1	EP**	1	EP	2	PF	2	PF	2	2	EP	2	EP	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF	2	PF

Fonte: ABNT NBR 9077 (2002).

6 PROPOSTA DO PROJETO

Para embasamento do projeto proposto, neste capítulo serão apresentadas referências formais e análogas. O tema Casa de Passagem é novo, e ainda necessita de bons projetos como referência. Sendo assim, os projetos apresentados como referenciais são, na maioria, orfanatos que apresentam programa de necessidades parecido com o que será desenvolvido no projeto.

Referências Formais: São aquelas que trazem as técnicas construtivas, materiais, volumetrias e aspectos idealizados como soluções plásticas do projeto proposto.

Referências Análogas: São os projetos que possuem o mesmo tema que o proposto, servindo de base para análise e elaboração de layout, fluxos, organogramas, programa de necessidades e dimensões.

Através destas análises é concebido, nestes aspectos, uma evolução para a elaboração da proposta da Casa de Passagem para São Francisco de Paula.

6.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

6.1.1. Orfanato Falatow Jigiyaso

Arquiteto: FB Architecture

Local: Bamako, Mali

Área: 891m²

Ano do Projeto: 2012

A cidade de Bamako, capital do Mali, onde está situado o orfanato Falatow, localiza-se na porção ocidental da África. A região possui clima quente e úmido e esses condicionantes foram trazidos para o projeto. Dessa maneira, houve uma preocupação em adotar medidas econômicas e sustentáveis, evitando o uso de aparelhos de ar condicionado e ventiladores (ARCHDAILY 2014).

O programa de necessidades do orfanato, que pode abrigar até 20 crianças, engloba os dormitórios para os abrigados e funcionários, uma ala administrativa, um

centro médico, quadras de esportes, refeitório e salas de aula. Todo o programa é organizado em blocos com um pátio central (Figura 41).

Figura 41 – Perspectivas



Fonte: Archdaily (2014).

A preocupação com o conforto térmico influenciou algumas decisões projetuais. Para diminuir o impacto das altas temperaturas no interior da edificação, os arquitetos usaram técnicas construtivas locais que se mostraram bem eficientes (ARCHDAILY, 2014).

Também pensando na redução do ganho de calor direto, foi colocada uma cobertura adicional acima da edificação. Esta cobertura, de telhas metálicas, serve para impedir que a laje impermeabilizada, que compõe a cobertura inferior, absorva os raios do sol. Também serve para refletir esses raios, impedindo uma incidência maior na edificação, e pode funcionar como área extra para a realização das atividades infantis (Figura 42).

Figura 42 – Cobertura Extra



Fonte: Archdaily (2014).

As paredes são preenchidas com uma espécie de manta térmica, formada por cascas de cereais e lama. As fachadas com maior incidência solar são revestidas por pedras locais, que absorvem o calor e não o transmitem para o interior da edificação (ARCHDAILY, 2014).

A ventilação natural foi priorizada no projeto, chegando a obter uma redução de até 20°C de temperatura no interior da edificação. Outras estratégias utilizadas no projeto são a utilização de painéis fotovoltaicos, horta orgânica e água autossuficiente (ARCHDAILY, 2014).

Como Mali enfrenta grandes problemas de água, umas das estratégias do projeto foi dar uma segunda utilização para as águas consumidas no orfanato.

As águas residuais são recolhidas e processadas por um extenso sistema de tratamento. O primeiro componente é um sistema digestor, que elimina os sólidos suspensos na água e, logo após, a água passa por um sistema anaeróbico onde é purificada. Após passarem por esse processo as águas despoluídas são despejadas em uma lagoa aberta, onde são criados peixes para o consumo do orfanato (ARCHDAILY, 2014).

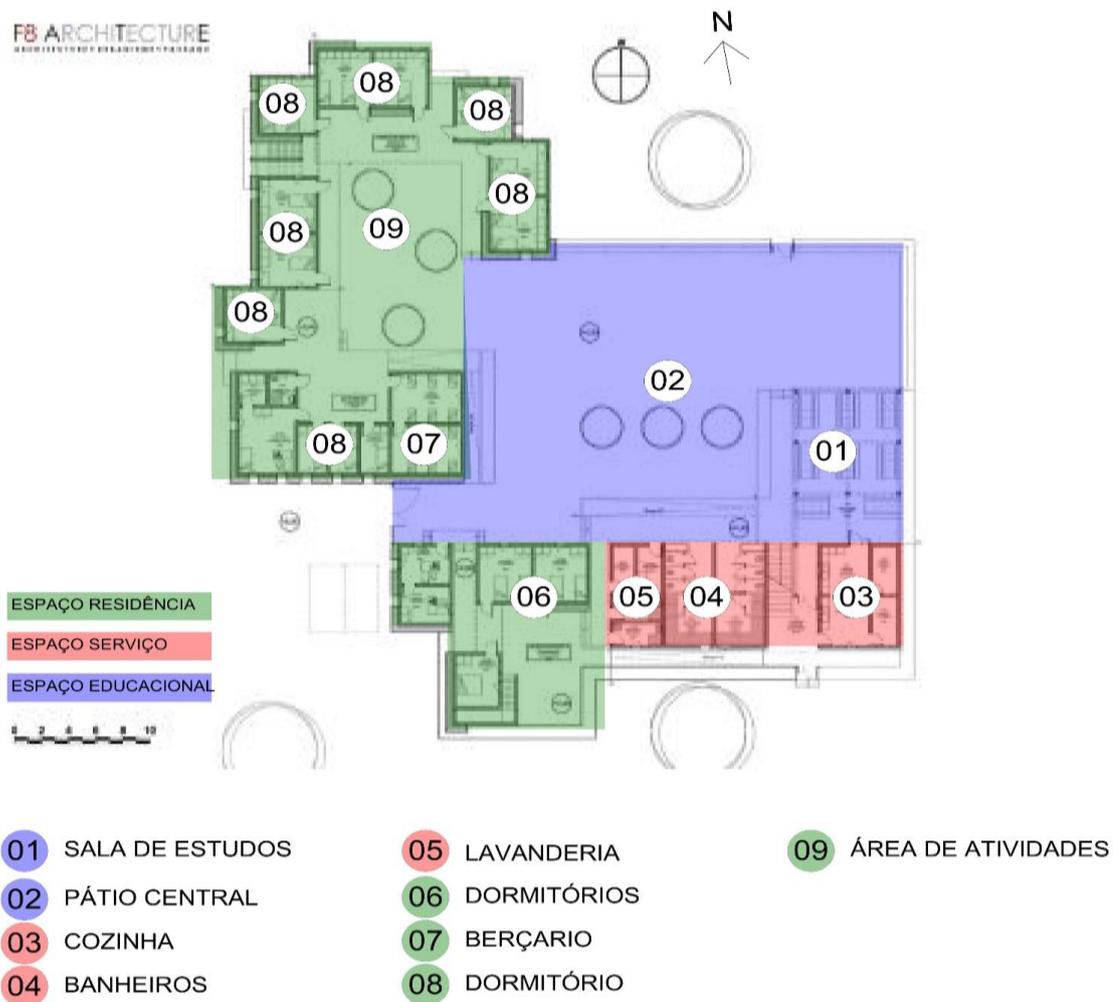
6.1.1.1 Organização dos espaços

O setor residencial ocupa a maior parte do espaço, juntamente com um grande pátio central que cumpre a função educacional. O projeto cumpre, assim, não só o papel de abrigar as crianças, mas também tomar parte na sua educação e realização (Figura 43).

A escolha desse projeto como referência análoga se dá pela preocupação dos arquitetos em projetar um orfanato capaz de sustentar-se nas condições extremas que foram apresentadas. Ainda, apresenta uma proposta bem resolvida, onde os setores de abrigo e administrativo/técnico estão separados no volume da edificação.

A utilização dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes, sem comprometê-las, é um conceito interessante para ser desenvolvido na Casa de Passagem, pois é um modo de estimular as crianças a pensar e agir de modo mais sustentável.

Figura 43 – Planta Baixa



Fonte: ArchDaily, (2014) adaptado pelo autor, (2017).

6.1.2. Orfanato de Amsterdã

Arquiteto: Aldo van Eyck

Local: Amsterdã, Holanda

Área: Espaço para 125 crianças

Ano do Projeto: 1960

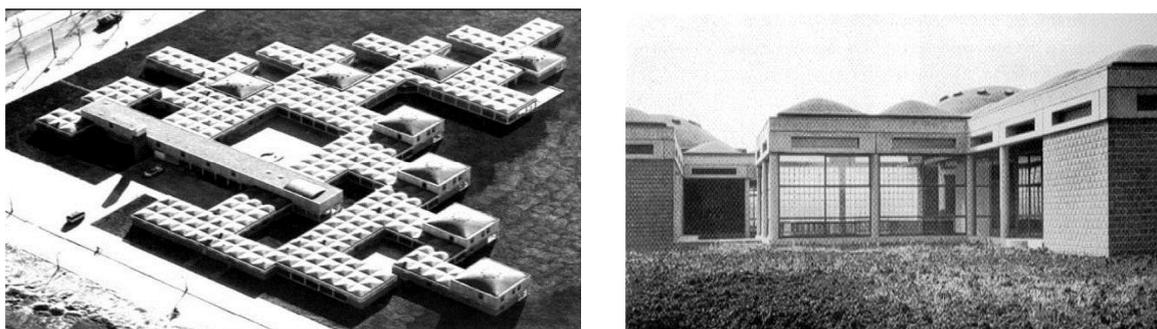
O arquiteto Aldo van Eyck foi contratado pelo diretor do orfanato para projetar não somente um orfanato comum, mas um lar. Um local onde as crianças e funcionários pudessem se relacionar como uma família, uma pequena comunidade.

O projeto é bastante simples, composto de concreto armado, blocos de concreto e fechamentos laterais com muito vidro. Foi projetado para abrigar 125 crianças, com idade entre 4 meses a 20 anos (ARCHDAILY, 2013).

A intenção do arquiteto foi criar um diálogo com o entorno, diferindo do que era comum na época - negar a cidade já existente (ARCHDAILY, 2013).

O edifício é modulado por volumes que se dispersam pelo lote, elementos organizadores que são dispostos, criando para cada unidade uma fachada diferente (Figura 44).

Figura 44 – Perspectiva



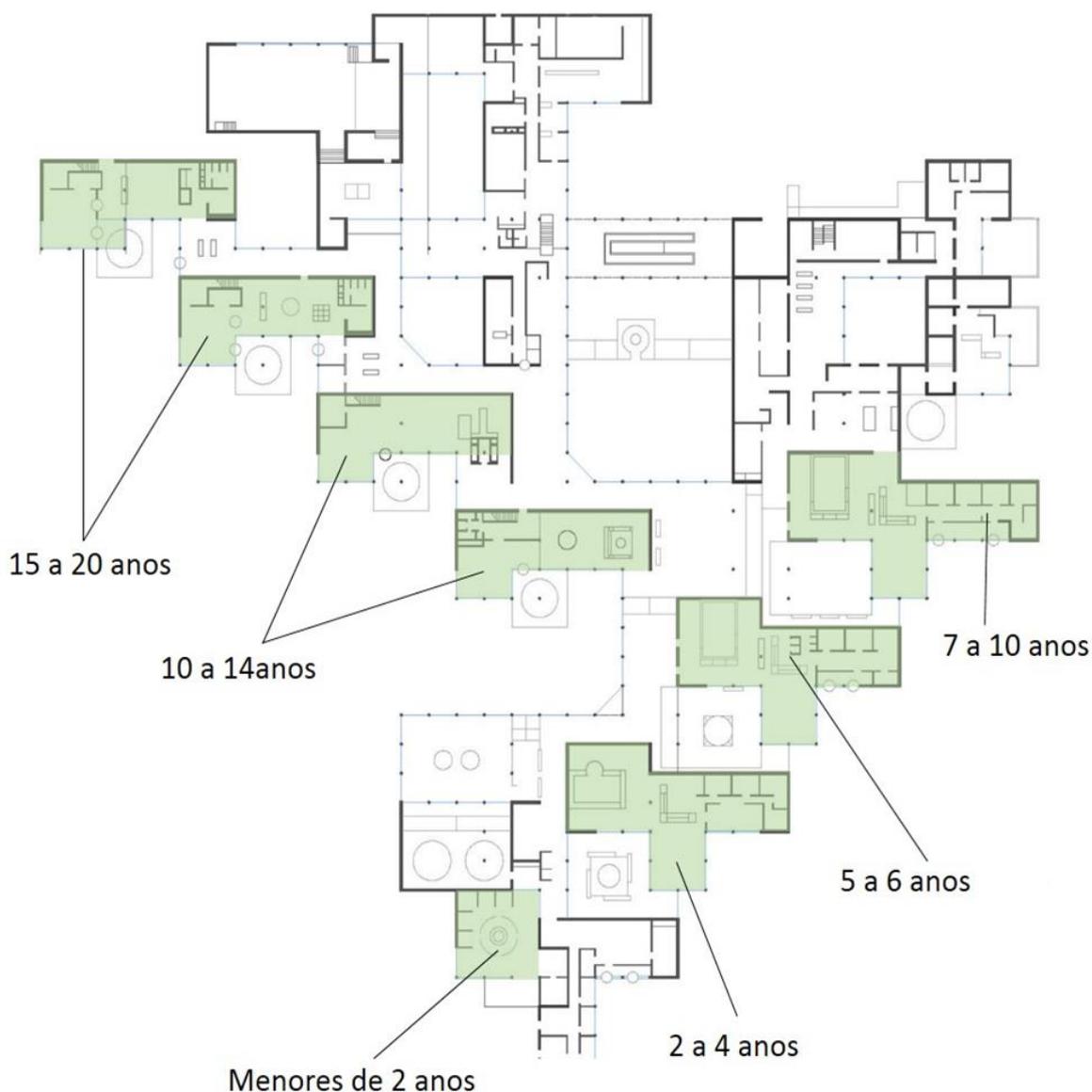
Fonte: Archdaily, (2013).

O acesso principal e a área administrativa são conectados à rua, ao jardim e também aos quartos. O arquiteto buscava uma conexão fluida entre os espaços, sem qualquer diferenciação de importância entre eles. Também procura criar uma escala apreciável para as crianças, criando lugares e espaços que se abrem e se fecham, formas geométricas simples organizadas em estruturas complexas (ARCHDAILY, 2013).

6.1.2.1 Organização dos espaços

Os ambientes foram divididos em módulos por sexo e idade (Figura 45) e a circulação permite uma integração entre os dormitórios de diferentes faixas etárias. Os módulos menores são para os dormitórios e os maiores para os espaços comuns, estão dispostos dispersamente, mas de modo que todos os setores se comuniquem e tenham fácil acesso (ARCHDAILY, 2013).

Figura 45 – Hierarquia

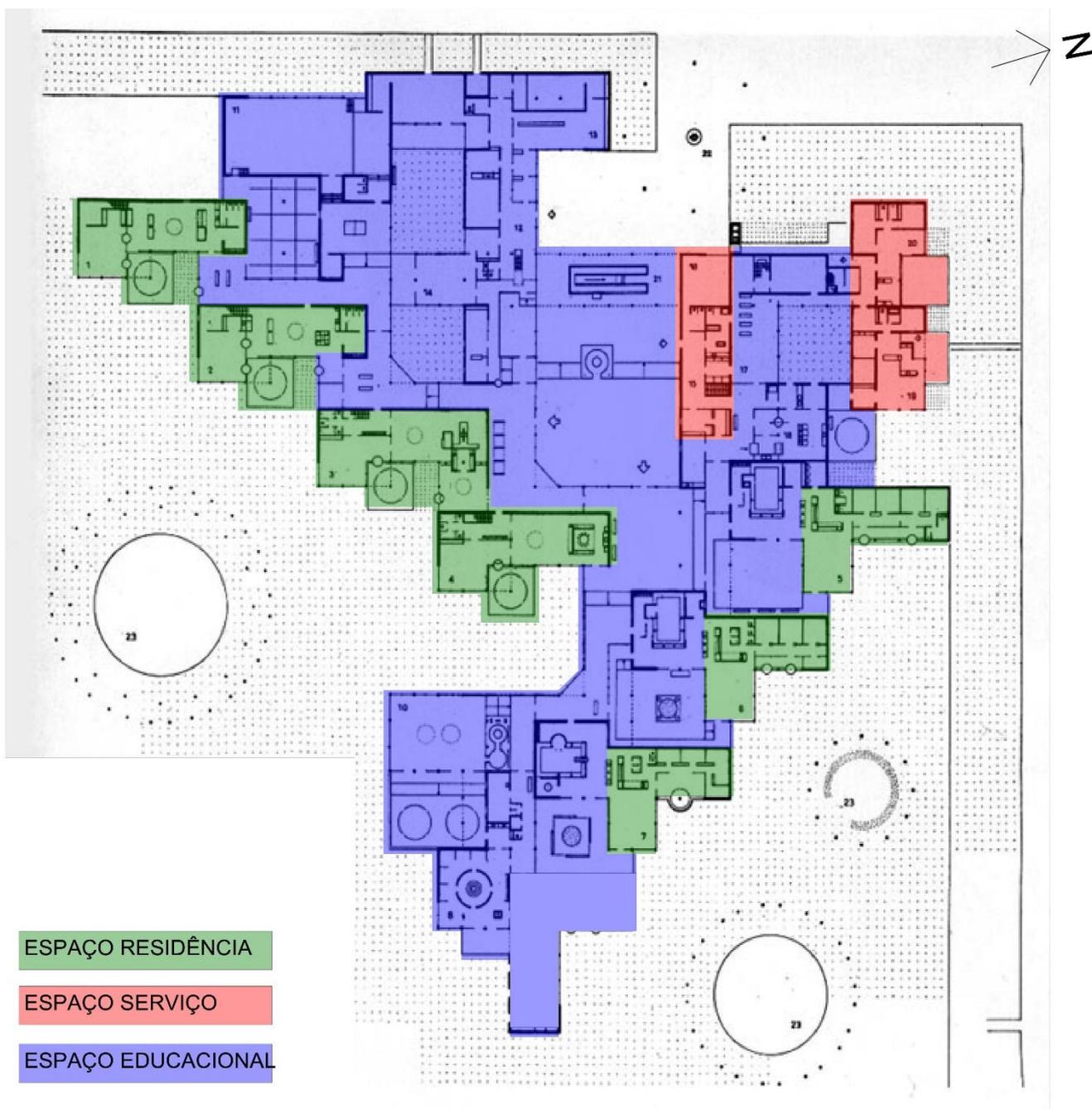


Fonte: Archdaily, (2013).

O setor educacional ocupa a maior parte do espaço, mas conecta-se diretamente à área residencial (Figura 46). Com essa disposição dos módulos, Aldo van Eyck criou espaços que seguem o conceito cheios e vazios, grandes-pequenos, aberto-fechados (ARCHDAILY, 2013).

Nota-se, no projeto, princípios de simetria, ritmo e hierarquização do espaço. As partes abertas e fechadas se relacionam seguindo uma ordem, onde todos os espaços e usos estão integrados (ARCHDAILY, 2013).

Figura 46 – Planta Baixa



Fonte: Archdaily, (2013) adaptado pelo autor, (2017).

O orfanato se desenvolve como a malha de uma pequena cidade, com ruas, acessos múltiplos e vazios urbanos. Os intervalos entre os blocos construídos constituem espaços de convivência, com bancos, espelhos, caixas de areia (ARCHDAILY, 2013).

A intenção do arquiteto foi criar nestes vazios espaços para aguçar a curiosidade das crianças e convidá-las a interagir com o entorno (Figura 47).

Figura 47 – Espaços de interação



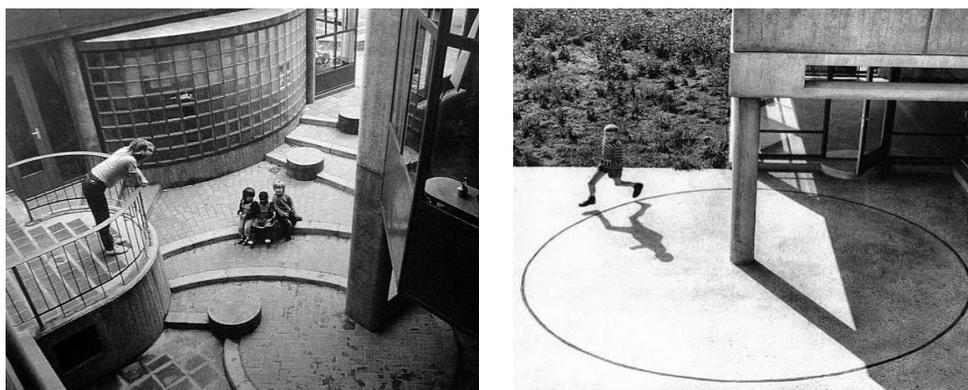
Fonte: ArchDaily, (2013).

A escolha deste projeto como referência análoga foi devido à distribuição dos dormitórios em faixas etárias, facilitando a organização e o convívio das crianças entre si, pois estando na mesma fase da vida as crianças tem as mesmas necessidades e anseios.

A preocupação que o arquiteto teve em aguçar a curiosidade e a imaginação das crianças, criando ambientes e espaços de diálogo e interação é uma das diretrizes buscadas no projeto da Casa de Passagem.

As crianças são pequenas exploradoras do mundo, sempre querem aprender mais. Quando o projeto explora essa curiosidade e respeita essa necessidade de exploração constante, ajuda no aprendizado da criança, estimula nela a capacidade de observação e imaginação.

Figura 47 – Espaços de interação



Fonte: Archdaily (201

6.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

6.2.1. Gangjin Children's Center

Arquiteto: JYA-Architects

Local: Gangjin, Jeonranando, Coreia do Sul

Área: 223m²

Ano do Projeto: 2013

Na província de Gangjin, na Coréia do Sul, havia um centro que cuidava de crianças abandonadas, até que um furacão, no verão de 2012, devastou o local.

Empresas públicas e privadas decidiram lançar um projeto para reconstruir o centro. O escritório JYA baseou seu projeto nos desenhos que as próprias crianças que eram atendidas no local fizeram, idealizando o que seria, para elas, o lar ideal para se viver (DEZEEN, 2013).

A maioria dos esboços das crianças eram edifícios em forma de casa. Em resposta, os arquitetos projetaram o centro de dois andares com uma sequência de zigzague de telhados de duas águas (Figura 48).

A estrutura da edificação é de concreto armado e alvenaria e o telhado é feito de madeira maciça e recoberto de placas de ACM, permitindo a execução de um telhado com esta forma (DEZEEN, 2013).

Figura 48 – Perspectivas



Fonte: Dezeen (2013).

A forma é uma repetição da casa tradicional, imaginada pelas crianças. O telhado sobreposto tenta imitar as ondas do mar, cena bastante presente na imaginação dos filhos dos pescadores locais, já que o edifício está localizado à beira de um porto (DEZEEN, 2013).

Os arquitetos aproveitaram o traçado do telhado para criar terraços, trazendo interação com o ambiente em diversos pontos (Figura 49).

Figura 49 – Terraços



Fonte: Dezeen (2013).

6.2.1.1 Organização dos espaços

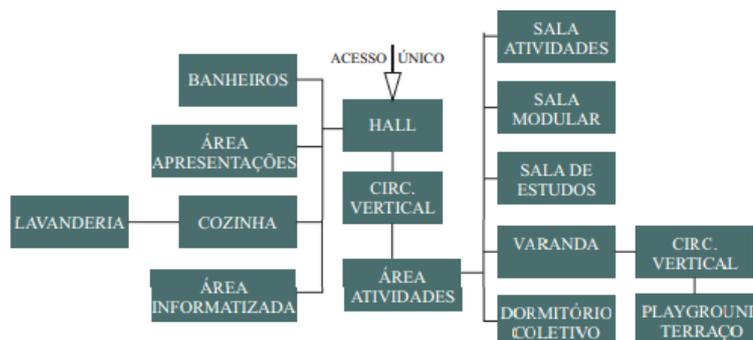
No térreo existem espaços em módulos, que se adaptam a qualquer tipo de atividade. Também há uma espécie de arquibancada, formando um ambiente parecido com um pequeno teatro, para eventuais apresentações. No pavimento superior ficam os dormitórios e as salas de estudos. As salas não são decoradas para instigar os usuários a formar as próprias características do local (DEZEEN, 2013).

Os ambientes possuem cores e motivos infantis, mas de uma forma sutil e moderna. Os interiores são luminosos e quentes, obtendo bastante ventilação do litoral através de janelas amplas (DEZEEN, 2013).

No organograma (Figura 50) pode-se perceber que há poucos ambientes de uso restrito, predominando os setores educacionais.

Na figura 51, analisa-se a grande dedicação para o espaço educacional e a falta da área administrativa e de convívio com a comunidade.

Figura 50 – Organograma

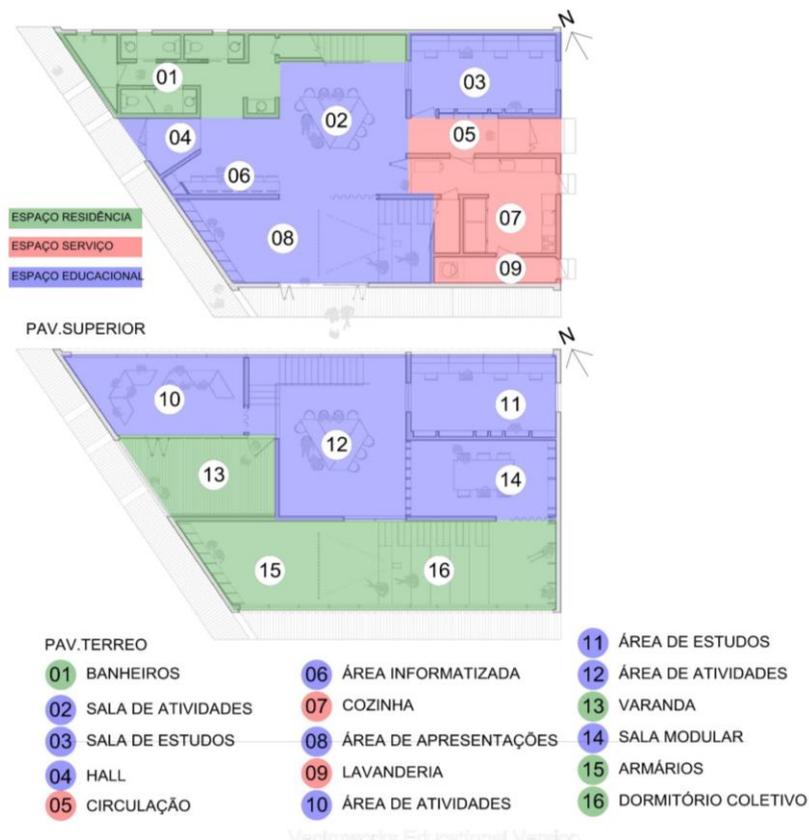


Fonte: Maia (2015).

O salão do térreo se estende para abrir espaço ao ar livre. A sala de estudos no segundo pavimento está ligada ao terraço por um escorrega, onde as crianças podem brincar, olhando para uma bela vista à beira mar (DEZEEN, 2013).

A intenção dos arquitetos foi criar um espaço em que não haja fronteiras entre o exterior e interior, nem entre o estudar e o brincar (DEZEEN, 2013).

Figura 51 – Planta Baixa



Fonte: Fonte: Dezeen, (2013), adaptado pelo autor (2017).

O projeto está localizado em uma região populosa da província de Gangjin, possui uma vista privilegiada para o porto, fato usado pelos arquitetos para valorizar a edificação e criar aconchegantes espaços de convivência (Figura 52).

Figura 52 – Espaço de Convivência, Playground



Fonte: Dezeen (2013).

A estratégia encontrada pelos arquitetos para resolver formalmente o projeto, partindo das imagens desenhadas pelas próprias crianças, é um dos motivos principais para este projeto ser escolhido como referência formal (DEZEEN, 2013).

As crianças são os moradores da Casa de Passagem, então um bom projeto tem de levar em conta as percepções delas, com o intuito de se aproximar ao máximo do local idealizado por elas para se viver.

O programa pode ter espaços variados e abundantes, mas que se tornem simples, em “forma de casa”, e criem espaços inesperados e cenas interessantes.

6.2.2. NewBud Eco – School

Arquiteto: ZHU Jingxiang Architects

Local: Hong Kong

Área: 450m²

Ano do Projeto: 2011

O projeto New Bud Eco-School é uma reconstrução de uma antiga escola primária devastada por um terremoto.

Com o apoio do Fundo de Caridade de Hong Kong, a nova escola foi concluída em apenas duas semanas. O edifício é seguro e durável e teve um baixo custo de execução (DIVISARE, 2011).

Apesar disso, o edifício possui uma boa aparência (Figura 53) e bom desempenho térmico e, conseqüentemente, baixo consumo energético.

Figura 53 – Perspectivas



Fonte: Divisare (2011).

A nova sede é composta por quatro edificações, que juntas formam um pátio central. O programa de necessidades do conjunto inclui salas de aula convencionais, salas multifuncionais, sala de professores e banheiro ecológico (DIVISARE, 2011).

A escola possui um sistema de envelope, multicamadas de isolamento térmico que garantem bom desempenho térmico e dispensam o uso de aquecedores. O sistema de aberturas é descentralizado, permitindo melhor aproveitamento da luz e ventilação natural (DIVISARE, 2011).

O projeto incorpora muitos conceitos ambientais, dispensando o uso de compostos químicos nas juntas, substituindo-os por componentes mecânicos, o que facilita a desmontagem e a manutenção (DIVISARE, 2011).

O conceito de sustentabilidade também reflete nos materiais escolhidos, pois foram reutilizados os materiais desmontados da antiga escola, além de pedras e outros materiais que, constantemente, são descartados pelos aldeões (DIVISARE, 2011).

Os componentes da superestrutura são pré-fabricados e o fechamento lateral é feito com placas cimentícias (Figura 54).

Figura 54 – Superestrutura Steel Frame, Fechamento Placa Cimentícia



Fonte: Divisare (2011).

A escolha como referência formal se deu pela configuração de um pátio central, o que facilita o convívio e a interação dos acolhidos. Também se destacou pela sustentabilidade e pela evidente a possibilidade de conciliar qualidade, baixo custo e eficiência em um projeto que também prioriza o bom aspecto visual (Figura 55).

O Steel Frame é uma técnica construtiva ainda pouco explorada no Brasil, mas nesse trabalho verifica-se a grande oportunidade para aliar os materiais usados na localidade com uma técnica construtiva contemporânea.

Figura 55 – Composição da Fachada, Painéis Coloridos



Fonte: Divisare (2011).

6.3 DIRETRIZES DO PROJETO

A Casa de Passagem a ser projetada deve contemplar:

- **Espaços de Convivência:** Que respeitem a privacidade e a independência de cada usuário, que favoreça a interação entre os acolhidos e a equipe profissional.
- **Espaços flexíveis:** Que possibilitem pequenas mudanças nos ambientes.
- **Espaços com condições de Habitabilidade:** Que priorizem a ventilação e iluminação natural.
- **Espaços Abertos:** Que explorem o uso da vegetação e atividades recreativas
- **Permeabilidade Visual:** Aproximação visual entre o exterior e o interior.
- **Arquitetura com caráter regional e local:** Usar tipologia semelhante às edificações do entorno, mas com técnicas construtivas contemporâneas.
- **Acessibilidade:** Que todos os espaços possibilitem a acessibilidade universal e inclusão de pessoas com deficiência.

6.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ - DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidades é a etapa em que os dados qualitativos e quantitativos são organizados possibilitando o pré-dimensionamento do projeto arquitetônico (CORRÊA,2006).

A partir da fundamentação teórica pesquisada, análise dos projetos análogos e estudo de casos correlatados, percebeu-se informações necessárias para o bom funcionamento da Casa de Passagem São Francisco de Paula.

O programa foi organizado em setores: Administrativo, Educacional, Serviços, Residencial, Atendimento e Espaços Externos (Figura 56).

O estudo volumétrico da proposta busca atender os condicionantes do lote, climáticos e legais abordados nesta pesquisa, ressaltando que esse estudo pode ser modificado no decorrer do trabalho caso seja necessário.

O lote encontra-se em uma esquina, assim se respeitou um recuo de jardim de 4 metros para cada via, conforme o Plano Diretor do município determina.

Figura 56 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento

SETOR	AMBIENTE	ATIVIDADE	EQUIPAMENTO	CAPACIDADE (pessoas)	PRÉ DIMENSSIONAMENTO	QTDE.	REFERÊNCIA	ÁREA	ÁREA TOTAL
ADMINISTRATIVO = 72,55m ²	Recepção	Atender o público	Mobiliário para recepcionista cadeiras para espera	5	Suficiente para o mobiliário	1	Neufert, 2104	12m ²	12m ²
	Sala Adminis.	Rotinas Administrativas	4 estações de trabalho	4	Suficiente para o mobiliário	1	Neufert, 2014	12m ²	12m ²
	Sala Cordenação	Atendimento do público em particular e cordenação	1 estação de trabalho p/ atendimento	2	Suficiente para o mobiliário	1	Neufert, 2014	12m ²	12m ²
	Segurança	Controle de Acesso	Mesa e equipamentos eletrônicos de filmagem	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	10m ²	10m ²
	Dormitório	Dormitório para descanso dos funcionários	Cama, balcão baixo e armários	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	12m ²	12m ²
	Banheiro	Necessidades Fisiologia e vestiário	Vaso Sanitário e Lavatório armário e chuveiro	1	6m ² cada	2	Neufert, 2014	6m ²	12m ²
	Banheiro PCD	Necessidades Fisiológicas	Vaso Sanitário e Lavatório	1	1,50 x 1,70 NBR 9050	1	NBR 9050	2,55m ²	2,55m ²
EDUCACIONAL = 308,55m ²	Biblioteca audio/video	Atividade de leitura p/ 20 crianças, acervo audio/video	Mesa oval p/ 20 pessoas estantes e armários	30	2,20m ² por ocupante	1	Littlefield, 2011	66m ²	66m ²
	Sala de música	Aula de música para 5 crianças	Cadeiras e local para guardar os instrumentos	5	Suficiente para o mobiliário	1	Neufert, 2014	30m ²	30m ²
	Laboratório	Atividade de informática para 10 crianças	Bancada para equipamentos e mesa conjunta	10	2,50m ² por ocupante	1	Littlefield, 2011	25m ²	25m ²
	Sala Multifuncional	Sala destinada a Recreação	Tatame	30	1,50m ² por ocupante	1	Littlefield, 2011	45m ²	45m ²
	Sala de Dança	Aula de dança para 10 crianças	Som e luz especializada	10	6,00m ² por ocupante	1	Neufert, 2014	60m ²	60m ²
	Sala de Estudos	Estudo com acesso a Internet para 10 crianças	10 mesas com computadores	10	2,00m ² por ocupante	1	Littlefield, 2011	20m ²	20m ²
	Brinquedoteca	Recreação	Prateleiras, tatame e brinquedos	15	1,50m ² por ocupante	1	Littlefield, 2011	22,50m ²	22,50m ²
	Oficina	Sala destinada a producao de artesanato	Bancadas e banquetas	15	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	30,00m ²	30m ²
	Banheiro	Necessidades Fisiológicas	2 Vaso Sanitário e 2 Lavatório	2	3,75m ² cada	2	Neufert, 2014	3,75m ²	7,50m ²
	Banheiro PCD	Necessidades Fisiológicas	Vaso Sanitário e Lavatório	1	1,50 x 1,70 NBR 9050	1	NBR 9050	2,55m ²	2,55m ²
	SERVIÇOS = 115,05m ²	Refeitório	Refeições	Mesas para refeição de 30 pessoas	30	1,20m ² por ocupante	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	36m ²
Lavanderia		Local para lavar e secar roupas	Máquinas de lavar e secar, armários	10	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	12m ²	12m ²
Deposito		Armazenar produtos de limpeza e remédios	Prateleiras e armários	—	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	15m ²	15m ²
Estacionamento		Local destinado aos automoveis	Vagas	10	5,00 x 2,50m por veiculo	1	Estudo de Caso Lar Padilha	12,5m ²	12,5m ²
Cozinha		Preparo de refeições do abrigo	Mobiliário básico para cozinha	5	Suficiente para o mobiliário	1	Plano Diretor	25m ²	25m ²
Dispensa		Armazenar alimentos	Prateleiras e armários	—	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	15m ²	15m ²
RESIDENCIAL = 209,05m ²	Sala de TV	Assistir TV	Sofas e puffs	10	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	36m ²	36m ²
	Cozinha/Jantar	Preparo de pequenas refeições	Mobiliário básico para cozinha mesa e cadeiras	5	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	15m ²	15m ²
	Dormitório	Descanso	cama, bancada baixa, armários	6	Suficiente para o mobiliário	5	Estudo de Caso Abrigo de Canela	20m ²	100m ²
	Lavanderia	Local destinado a higiene e limpeza de roupas	Máquinas de lavar e secar, armários	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	6m ²	6m ²
	Banheiro	Necessidades Fisiológicas e banho	3 Vaso Sanitário, 3 chuveiro e 3 Lavatório	3	10m ² cada	4	Neufert, 2014	10m ²	40m ²
	Banheiro PCD	Necessidades Fisiológicas e banho	1 Vaso Sanitário, 1 chuveiro e 1 Lavatório	2	2,50 x 2,50 NBR 9050	2	NBR 9050	6,25m ²	12,5m ²
ATENDIMENTO = 50,55m ²	Psicólogo	Consultas	Estação de trabalho e poltrona	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	9m ²	9m ²
	Assistente Social	Entrevista e encaminhamentos	Estação de trabalho e poltrona para atendimento	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	9m ²	9m ²
	Nutricionista	Consultas	Estação de trabalho e poltrona para atendimento	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	9m ²	9m ²
	Clínico Geral	Consultas	Estação de trabalho e poltrona para atendimento	2	Suficiente para o mobiliário	1	Estudo de Caso Lar Padilha	9m ²	9m ²
	Banheiro	Necessidades Fisiologia e vestiário	Vaso Sanitário e Lavatório armário e chuveiro	1	6m ² cada	2	Neufert, 2014	6m ²	12m ²
	Banheiro PCD	Necessidades Fisiológicas	Vaso Sanitário e Lavatório	1	1,50 x 1,70 NBR 9050	1	NBR 9050	2,55m ²	2,55m ²
ÁREA EXTERNA	Playground	Atividade para 20 crianças	Equipamentos Lúdicos	20	0,9m ² para cada usuário	1	Neufert, 2014	45m ²	45m ²
	Horta Orgânica	Cultivo de alimentos orgânicos	Alimentos Orgânicos	—	—	4	Neufert, 2014	30m ²	30m ²
	Espaço do Conto	Espaço ao ar livre para contar historias	bancos pequenos e palcos	15	10m ² para cada área	2	—	20m ²	20m ²
	Quadra Esportes	Atividades Esportivas	Quadra Poliesportiva e bancos	15	16x 27m	1	Estudo de Caso Abrigo de Canela	432m ²	432m ²
	Pátio	Espaços Abertos ora fechados	Gramma, Vegetação, Passeios e Iluminação	—	—	—	—	—	—
	Espaço de Convívio	Espaço de Convívio entre familiares e as crianças	Pergolados, decks, vegetação e iluminação	—	—	—	—	—	—
TOTAL ÁREA CONSTRUÍDA: 755,75m ²				TOTAL ÁREA ABERTA: 527m ²				TOTAL: 1.282,75m ²	

Fonte: Autor (2017)

O eixo de orientação do edifício é fundamental para permitir a iluminação e ventilação adequada. Para se ter um maior aproveitamento da insolação direta, a face do edifício voltada para o Norte é a mais longa, garantindo ganhos de radiação no inverno e menores ganhos no verão.

O programa foi dividido em 5 setores; administrativo, educacional, serviços, residencial e atendimento. Para se ter um edifício termicamente confortável (quente no inverno e agradável no verão) a face orientada para o Norte foi ocupada por ambientes de maior permanência como dormitórios e salas de convivência, que se encontram no setor residencial. O setor de serviços que abrange depósito e despensa está próximo do acesso e da rua para facilitar a entrega e o armazenamento de produtos de limpeza e alimentos, está longe do setor residencial para dificultar o acesso das crianças a este tipo de material (Figura 57).

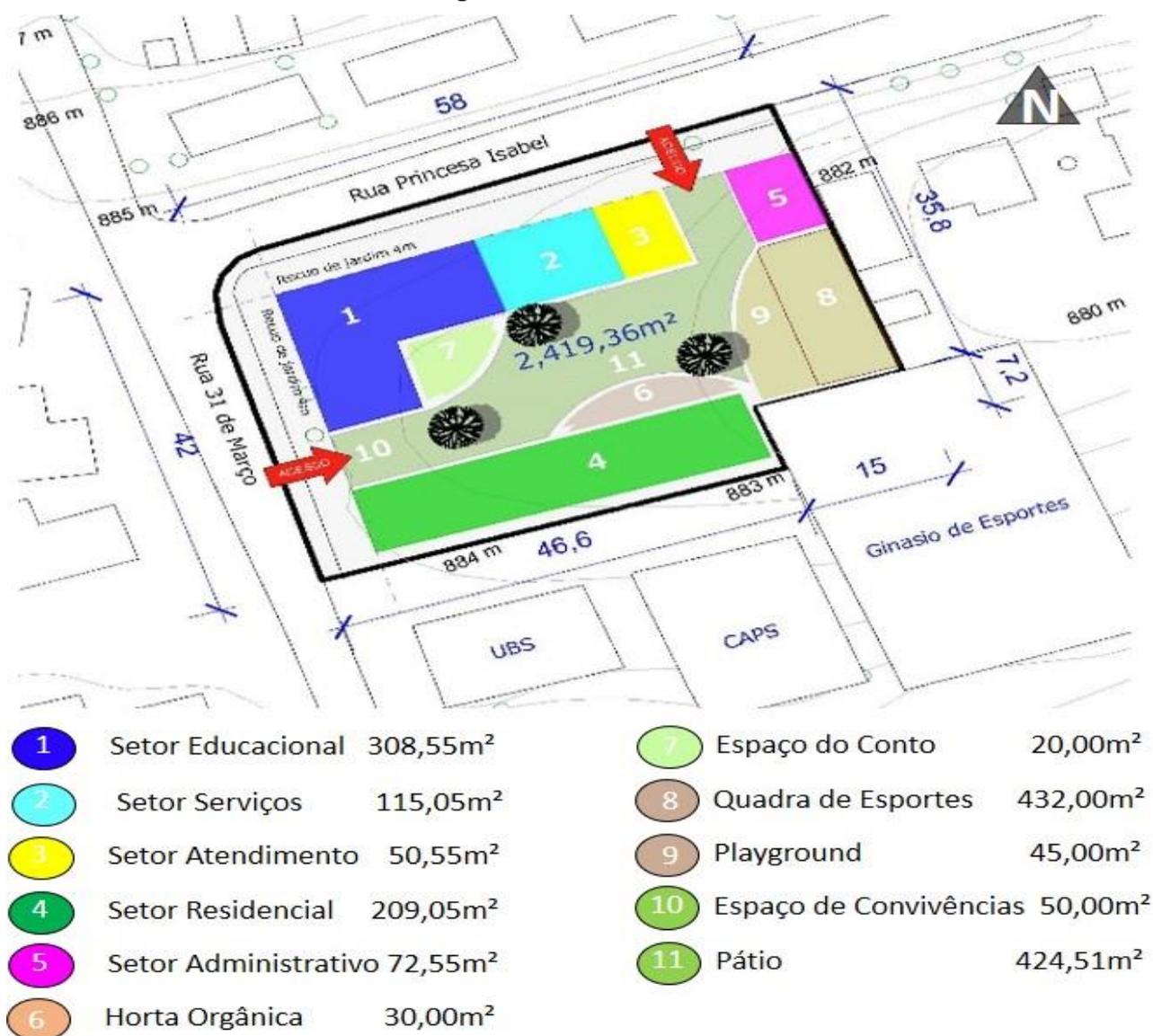
Conforme determina as orientações técnicas, o setor administrativo, educacional e de atendimento ficaram separados da área residencial que deve se destinar apenas a moradia das crianças e adolescentes (Figura 57).

O espaço de convivência entre crianças e familiares ficou próximo do setor residencial, deixando as crianças mais à vontade para receber suas visitas.

O playground e a quadra de esportes ficaram nas proximidades do ginásio, configurando uma área de prática esportiva e de lazer. O setor educacional pode ser acessado pela rua, está próximo do acesso para permitir a chegada das pessoas da comunidade para a realização de atividades educativas e oficinas sem prejudicar a privacidade das crianças que se encontram no setor residencial (Figura 57).

Por fim, o setor administrativo pode ser acessado pela rua Princesa Isabel, permitindo que as pessoas possam ser atendidas sem a necessidade de entrar no interior do lote.

Figura 57 – Estudo Preliminar



Fonte: Autor (2017).

6.5 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Esse item traz alguns possíveis materiais e técnicas construtivas a serem usados no projeto pretendido, eles trazem o conforto térmico e a qualidade estética e estrutural imaginados no projeto.

Conforme observado durante a pesquisa, a Casa de Passagem não pode ter uma arquitetura muito diferente do entorno onde está inserida. A ideia é trazer as técnicas tradicionais de construção alinhadas com técnicas contemporâneas, respeitando características locais, culturais e o meio ambiente

6.5.1 Steel Frame

O Steel Frame (Figura 58) é um sistema construtivo composto por um esqueleto industrial leve de aço combinado com outros subsistemas industrializados que garantem o fechamento da construção e sua habitabilidade (FLASAN, 2017).

Nos países industrializados, o Steel Frame é uma técnica construtiva bastante explorada, pois se trata de um método de construção industrializada que diminui o desperdício e aumenta a agilidade da construção. No Brasil, embora sendo um dos maiores produtores mundiais de aço, o uso de estruturas metálicas na construção ainda não é muito expressivo (METÁLICA, 2017).

Figura 58 – Steel Frame



Fonte: Flasan (2017).

O sistema possui custo mais elevado do que a construção convencional devido à falta de mão de obra especializada. Mas o ganho com a produtividade e desempenho acaba compensando e o tornando uma importante alternativa construtiva (METÁLICA, 2017).

A construção em Steel Frame possui pouco peso próprio, isso reduz consideravelmente o peso distribuído nas fundações gerando uma economia de 75% nesta etapa da obra (FLASAN, 2017).

Conforme pode ser observado na figura 59, o revestimento externo da estrutura Steel Frame pode ser feito com placas cimentícias parafusadas diretamente no perfil metálico. Já o revestimento interno é feito em placas de gesso acartonado parafusados sobre os perfis das paredes, recebendo tratamento nas juntas e gerando um aspecto final liso e sem emendas (FLASAN, 2017).

Figura 59 –Revestimento interno e externo do Steel Frame

Fonte: Flasan (2017).

Segundo Flasan (2017), as placas de gesso acartonado possuem composições adequadas para cada ambiente podendo ser resistentes a umidade e ao fogo. Uma das principais vantagens desse sistema construtivo é o seu desempenho térmico e acústico. Um dos fatores responsáveis por esse desempenho são as mantas de vidro e de lã instaladas no interior das paredes proporcionando grande capacidade de absorção de som e pouca perda de calor entre ambientes.

As instalações hidráulicas e elétricas são integradas às paredes e ao forro, permitindo facilidade na execução e na manutenção (Figura 60).

Figura 60 –Instalações Elétricas e Isolamento Térmico/ Acústico

Fonte: Flasan (2017).

Após finalizadas, as obras executadas em Steel Frame possuem aspecto similar às executadas em sistemas tradicionais. O que se percebe é um acabamento final superior, mais conforto térmico e acústico, canteiro de obra limpo, prazo reduzido. Ou seja, essa tecnologia construtiva alia sustentabilidade, agilidade, durabilidade e resistência, premissas buscadas no projeto da Casa de Passagem São Francisco de Paula.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa permitiu conhecer e compreender as dificuldades que as crianças e adolescentes passam quando perdem, momentânea ou definitivamente, a vida em família e são acolhidas em uma instituição.

Mesmo que o ambiente familiar seja nocivo, para elas é o seu lar, local onde estão acostumadas a viver. A Casa de Passagem é um local novo, estranho, que ainda precisa ser explorado.

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu entender a importância e a responsabilidade social que cada cidadão tem com a infância e juventude, pois estes representam a parcela mais frágil da população. Não cabe apenas aos órgãos competentes este assunto, mas a todos que buscam uma transformação e mudança na realidade que estas crianças e adolescentes vivem.

Ambientes bem planejados, além de ser locais mais prazerosos de se viver, podem contribuir para a retomada da confiança e auto estima dessas crianças e adolescentes e ajudar a superar esse momento tão difícil pelo qual estão passando.

Esta pesquisa mostrou que nem todas as Casas de Passagem estão de acordo com o que se espera. Sendo assim, o objetivo do projeto é contribuir para a criação de um local adequado e também, chamar a atenção dos órgãos competentes para que se sintam incentivados a promover a assistência de qualidade e ações que contribuam para o desenvolvimento saudável das crianças.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. **Os serviços de acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: Os desafios e o trabalho com a rede de proteção social.** 2013. 22f.. Dissertação (Mestrado Profissional em gestão e políticas públicas) - Escola de administração pública de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

ARGILES, Marilei dos Santos, SILVA, Vini Rabassa. **Assistência social e população em situação de Rua.** 2011. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, Manaus,2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf Acesso em 29 de março de 2017

ARCHDAILY. **Orfanato Falatow Jigiyaso.** 2014. Disponível em: <http://www.archdaily.com/540135/falatow-jigiyaso-orphanage-f8-architecture-gerard-violante>
Acesso em: 10 abr. 2017.

ARCHDAILY; FRACALLOSSI, Igor. **Clássicos da Arquitetura: Amsterdam Orphanage / Aldo van Eyck'.** 2013. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-108938/classicos-da-arquitetura-amsterdam-orphanage-slash-aldo-van-eyck>
Acesso em: 06 dez. 2013.

ARPINI, D. M.; QUINTANA, A. M. **Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares.** Revista Estudo de Psicologia, Campinas, v.20, n.1, p.27-36, jan./abr.2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: **Saida de emergências em edifícios.** Rio de Janeiro, 2002.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo.** São Paulo; Polis/PUC-SP,2002.

BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente.** Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília-DF 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. **Norma Operacional Básica/NOB/SUAS**. Brasília-DF:SNAS,2005.

CORRÊA, Paulo Roberto. **O Programa de Necessidades**. Aedificandi – Revista de Arquitetura e Construção, 2006.

COSTA L.N. **Interações entre irmãos em acolhimento institucional: reflexões acerca das condições contextuais** [Dissertação]. Pará: Universidade Federal do Pará, 2011.

CUNEO, M. R. **Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento. A Institucionalização Prolongada de Crianças e as Marcas que Ficam**. Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica, 2008. Disponível em: www.sbpj.org/matérias/Abrigamento_Prolongado.doc. Acesso em: 13 abr.2016.

DEZEEN; FREARSONI, Amy. **Gangjin Children's Center por JYA-architects**. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2013/03/24/gangjin-childrens-centre-by-jya/> Acesso em: 16 abr. 2017.

DIVISARE; HENG, Xia. **Eco Escola NewBud / Zhu Jingxiang architects 2011**. Disponível em: <https://www.divisare.com/projects/153433-zhu-jingxiang-architects-xia-heng-newbud-eco-school> Acesso em: 10 abr. 2017.

FERREIRA, L. A. M. **Adoção: guia prático doutrinário e processual com as alterações da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009**. São Paulo: Cortez, 2010
MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FLASAN. Sistema Construtivo **Light Steel Frame**. Disponível em: <http://www.flasan.com.br/steelframe.html> Acesso em: 10 junho. 2017.

GOOGLE EARTH. Software Google Earth. **São Francisco de Paula**, Imagem satélite, color. Escala indeterminada. Disponível em: < <http://earth.google.com.br/index.html> >. Acesso em: 23 maio. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2010. 1 CD-ROM.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Gráficos Meteorológicos**
Disponível em:
<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/graficosClimaticos>
Acesso em 23 maio 2017.

LITTLEFIELD, Davida. **Manual do Arquiteto: Planejamento, Dimensionamento e Projeto**. 3.ed. São Paulo: Bookman, 2011.

MAIA, Rhuana. **Casa Lar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Sociedade Educacional de Santa Catarina, Joinville-SC, 2015.

MARCÍLIO, Maria Luísa. **História Social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331p.

MELLO, Simone Guerese, SILVA, Enid Rocha Andrade. **Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

METALICA, **Casas Industrializadas: Estrutura de Aço e Fechamentos em Steel Frame**. Disponível em: <<http://www.metalica.com.br/estrutura-de-aco-e-fechamentos-em-steel-frame>>.

Acesso em: 10 junho. 2017.

NEUFERT, Ernest. **NEUFERT: A arte de projetar em Arquitetura**. 18ª. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. 567 p.

PAIVA, Marcia, **O perfil das famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional no município de São Francisco de Paula-RS**. 62f.Trabalho de Conclusão de Curso. (Pós Graduação em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS,2015

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Departamento de Assistência Social. **Plano Estadual de Assistência Social**. Porto Alegre:2003

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Cortez, 3. ed. 2011.

RONDONIA, Ministério Público do Estado de Rondônia. Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação. **Orientações sobre acolhimento institucional**. Rondônia: Ministério Público do Estado de Rondônia, 2009.

SANDRINI, P. R. **O controle social da adolescência brasileira: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. UFSC, 2009. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PICH0082-T.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2017.

SÃO FRANCISCO DE PAULA, Secretaria de Planejamento e Urbanismo. **Código de Edificações do Município de São Francisco de Paula**. São Francisco de Paula, 2006.

SÃO FRANCISCO DE PAULA, Secretaria de Planejamento e Urbanismo. **Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado do Município de São Francisco de Paula**. São Francisco de Paula, 2006.

TEIXEIRA, Maria Lúcia da Silva. **São Francisco de Paula, Nossa Terra, Nossa Gente**. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

TEJADAS, Silvia. Ministério Público do Rio Grande do Sul, **Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos. Orientações Gerais Quanto ao Reordenamento de Programas de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre-RS, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENTREVISTA –

1. Qual o número de acolhidos?
2. Quais são os casos mais comuns de acolhimento?
3. É feito algum cadastro desses acolhidos?
4. Há algum caso em que a criança e o adolescente retorna ao acolhimento depois de ter voltado ao convívio familiar?
5. Qual é o tempo médio que perdura o acolhimento?
6. Como funciona a recepção da criança e do adolescente na Casa de Passagem, há algum responsável por esta adaptação?
7. Qual o horário de funcionamento da Casa de Passagem?
8. Quantos funcionários realizam este atendimento?
9. Como é a relação dos acolhidos com a equipe?
10. Qual a relação dos acolhidos com a comunidade? Podem realizar atividades fora da casa?
11. Como é o espaço físico da casa, ela contempla as necessidades dos moradores?
12. Os acolhidos têm acesso a todos ambientes da casa?
13. Como fazem para evitar o acesso das crianças menores a remédios, produtos de limpeza e utensílios cortantes?
14. Há na Casa atividades Pedagógicas, Recreativas e de Lazer?
15. As Crianças podem auxiliar em alguma atividade de limpeza e organização do local?
16. Podem fazer pequenas mudanças nos espaços em que residem?
17. Como fazem para manter a individualidade de cada acolhido?
18. Há alguma Oficina que estimule a profissionalização dos adolescentes?
19. Existe uma Rotina na Casa?